



Código de Ética e Conduta - Grupo Alpina

O Grupo Alpina está comprometido com altos padrões éticos e integridade na condução de seus negócios. Nesse sentido, o Código de Ética e Conduta reflete os princípios e valores fundamentais do Grupo Alpina e determina os padrões de conduta que devem ser observados por todos os colaboradores, independentemente de nível hierárquico, bem como parceiros de negócio nas atividades que envolvam direta ou indiretamente o Grupo Alpina.

Missão, visão e valores

Missão: ser líder de mercado, dentro do seu campo de atuação, nos quesitos atendimento, produto e serviços de valores desde 1940, oferecendo soluções que atendam às necessidades dos clientes do Grupo Alpina.

Visão: ser um provedor qualificado de produtos confiáveis, eficientes e duráveis, utilizando tecnologias de ponta e sustentáveis, oferecendo aos clientes do Grupo Alpina superior custo comparativo. Assim merecendo o respeito e a preferência de seus clientes.

Valores: fornecer aos clientes do Grupo Alpina produtos e serviços que apresentem qualidade esmerada e operação eficiente, com baixa necessidade de manutenção, garantindo um notável valor. Assegurando desta forma a satisfação de seus clientes no atendimento aos contratos e especificações técnicas.

Mensagem da Diretoria

Ouvidoria

- 1. Dúvidas:** a leitura e compreensão do Código de Ética e Conduta é um dever de todos. Em caso de dúvida procure o Comitê de Integridade: comite.integridade@alpina.com.br ou a Ouvidoria do Grupo Alpina, pelo site - www.alpinaequipamentos.com.br.



A alta Direção reforça seu compromisso com elevados padrões de integridade, inclusive pela responsabilização interna dos envolvidos em qualquer irregularidade.

2. Denúncias: o Grupo Alpina encoraja seus colaboradores, parceiros de negócios ou pessoas externas à comunicarem quaisquer infrações à legislação aplicável, às disposições deste Código de Ética e Conduta e demais normas internas do Grupo Alpina. Para receber tais comunicações o Grupo Alpina possui uma Ouvidoria que permite a realização de denúncias internas e externas, bem como assegura:

- o anonimato do denunciante;
- a confidencialidade do teor da denúncia;
- imparcialidade na apuração das denúncias; e,
- proteção do denunciante de boa-fé contra retaliações.

Para comunicar quaisquer infrações entre em contato diretamente com o Comitê de Integridade - comite.integridade@alpina.com.br - ou com a Ouvidoria do Grupo Alpina, pelo site - www.alpinaequipamentos.com.br.

Sanções Aplicáveis

As infrações às disposições deste Código de Ética e Conduta, às demais normas internas do Grupo Alpina ou à legislação aplicável, sem prejuízo da adoção das medidas legais cabíveis, após a devida apuração, poderão sujeitar os responsáveis às seguintes sanções: **(i)** advertência escrita; **(ii)** suspensão temporária; **(iii)** desligamento do colaborador; **(iv)** rescisão do contrato com o parceiro de negócios; ou, **(v)** bloqueio do parceiro de negócios para novas contratações com o Grupo Alpina.

Para aplicação das sanções acima descritas serão levadas em consideração a natureza, gravidade e frequência da infração cometida.



Princípios de conduta

1. Compromissos da empresa

O Grupo Alpina preza pelos mais elevados padrões de integridade em suas atividades e está comprometido em desenvolvê-las de acordo com os seguintes princípios:

- **Atuação ética:** desenvolver suas atividades pautado em uma atuação ética, íntegra, transparente e em conformidade com os mais altos padrões de conduta empresarial.
- **Compromisso com a dignidade humana:** nenhuma tolerância para negócios ou contratações de mão de obra infantil, em condições análogas à de escravo ou que desrespeitem normas nacionais e internacionais de Direitos Humanos. Nenhuma tolerância para quaisquer assédios de ordem moral ou sexual, discriminações baseadas em idade, raça, religião ou gênero, e outras formas de violência física e psicológica por parte de seus colaboradores e parceiros de negócio.
- **Responsabilidade perante clientes e consumidores:** assegurar a qualidade e a segurança de todos os seus produtos, empregando tecnologia avançada e utilizando todos os recursos disponíveis.
- **Responsabilidade anticorrupção:** garantir a implementação dos seguintes mecanismos de combate à toda e qualquer forma de corrupção:
 - **Treinamentos:** oferecer treinamentos no momento da contratação de novos colaboradores além de reciclagem periódica. Aos representantes comerciais do Grupo Alpina serão oferecidos, periodicamente, treinamentos específicos sobre prevenção e enfrentamento de corrupção.
 - **Due diligence:** selecionar parceiros de negócio após processo de avaliação de suas condições, em especial: (i) reputação no mercado; (ii) idoneidade; (iii) ligação com PEP; (iv) relacionamento com a Administração Pública; (v) conflito de interesses; e, (vi) envolvimento

em processos administrativos e judiciais ou em acusação formal ou investigação oficial por qualquer ato ilegal.

- **Due diligence para parceiros de negócio baixo risco:** os parceiros de negócio de baixo risco serão selecionados após avaliação dos seguintes aspectos: (i) pesquisas em fontes públicas na internet para identificar pontos de atenção, em especial a sua vinculação a qualquer ato ilegal; e, (ii) pesquisas nos órgãos de proteção ao crédito.

Fique atento: caso seja identificado qualquer ponto de atenção, a contratação do fornecedor será condicionada à autorização prévia do Comitê de Integridade do Grupo Alpina.

- **Due diligence para parceiros de negócio de médio e alto risco:** são considerados parceiros de negócio de médio e alto risco consórcios que revendam produtos ou serviços do Grupo Alpina para entes públicos, representantes comerciais, bem como aqueles que representem os interesses do Grupo Alpina perante a Administração Pública. A contratação de parceiros de negócio de médio e alto risco, além dos mesmos procedimentos adotados para parceiros de negócio de baixo risco, está condicionada a realização de *due diligence* periódicas de integridade por sistema ou empresa especializada e independente, bem como aprovação prévia do Comitê de Integridade do Grupo Alpina.

- **Cláusula anticorrupção:** adotar cláusula anticorrupção em seus contratos (Anexo 2).



- **Relacionamento com parceiros de negócio:** o Grupo Alpina está comprometido em tratar seus parceiros de negócio de forma ética, justa e transparente. A seleção de parceiros de negócio será realizada de forma imparcial, de acordo com critérios técnicos, comerciais, de integridade e que representem o melhor custo-benefício ao Grupo Alpina.
- **Confiabilidade dos registros contábeis:** todos os registros contábeis do Grupo Alpina devem ser verídicos, completos e precisos, registrados de acordo com a legislação aplicável e com os princípios e normas contábeis e mantidos pelo prazo mínimo de 5 anos.
- **Proteção contra retaliações:** quem de boa-fé comunicar infrações à legislação aplicável, às disposições deste Código de Ética e Conduta e demais normas internas do Grupo Alpina será protegido contra retaliações decorrentes do que for denunciado.

2. Compromissos gerais

2.1. Colaboradores

Todos os colaboradores do Grupo Alpina, independentemente do cargo ou função que exerçam, dentro e fora do seu local de trabalho, têm o compromisso de prezar pela boa imagem do Grupo Alpina e desenvolver suas atividades cumprindo integralmente as disposições desse Código de Ética e Conduta e em atenção a legislação brasileira, de acordo com as seguintes orientações:

- **Preservação do patrimônio:** todos os recursos, equipamentos, bens e instalações do Grupo Alpina destinam-se exclusivamente para atividades profissionais, portanto, devem ser preservados e utilizados corretamente.
- **Confidencialidade:** não divulgar ou comentar com outras pessoas sobre as informações obtidas em decorrência de suas atividades profissionais relacionadas ao Grupo Alpina.



- **Interação com a mídia:** o relacionamento dos colaboradores do Grupo Alpina com a mídia deve ser pautado pela ética e transparência. Quaisquer pronunciamentos e manifestações em nome do Grupo Alpina só poderão ser feitos mediante autorização prévia. Caso seja procurado por algum veículo de imprensa (jornais, revistas, redes de televisão, internet, blogueiros, influenciadores etc.) contate imediatamente, através do e-mail comite.integridade@alpina.com.br ou a Ouvidoria do Grupo Alpina, pelo site - www.alpinaequipamentos.com.br.

2.2. Parceiros de negócio

O Grupo Alpina espera que todos os seus parceiros de negócio atuem de forma ética, íntegra, responsável e transparente e adotem os seguintes compromissos:

- não oferecer vantagem indevida ou pagamento de facilitação para agente público, candidato à cargo público, pessoa jurídica do setor privado ou seu representante, incluindo partidos políticos, pessoa física prestadora de serviços, representante de classe ou grupo, ou terceiro por eles indicados como contrapartida a benefícios particulares ou para favorecer direta ou indiretamente o Grupo Alpina;
- não aceitar vantagem indevida de pessoa jurídica do setor privado ou seu representante;
- implementar mecanismos de combate a toda e qualquer forma de ilegalidade, em especial corrupção (pública e privada), fraude e lavagem de dinheiro;
- comunicar ao Grupo Alpina qualquer irregularidade que tenha conhecimento, por meio do site corporativo, na aba Ouvidoria (www.alpinaequipamentos.com.br) ou (comite.integridade@alpina.com.br)

Além disso, o parceiro de negócio se compromete a cumprir as provisões constantes na cláusula anticorrupção disposta em contrato.



2.2. Representantes comerciais

O Grupo Alpina espera que todos os seus representantes comerciais atuem de forma ética, íntegra, responsável e transparente e adotem os seguintes compromissos:

- participar dos treinamentos específicos sobre prevenção e enfrentamento de corrupção oferecidos pelo Grupo Alpina;
- prestar contas com exatidão e clareza ao Grupo Alpina a respeito de todos os valores recebidos;
- preferencialmente formalizar por escrito todas as interações com clientes e com o Grupo Alpina por canais oficiais, como e-mail corporativo;
- não exigir ou aceitar receber valores a título de comissão extraoficial;
- não praticar sobrepreço nos produtos para obtenção de valores maiores a título de comissão;
- não ofertar qualquer tipo de vantagem indevida.

3. Posicionamento da empresa

3.1 Intolerância com assédios e discriminações

Todos os colaboradores e parceiros de negócio do Grupo Alpina se comprometem a não praticar ou a incentivar ações de assédio moral, assédio sexual, discriminações de qualquer natureza ou outras formas de violência física ou psicológica.

São exemplos de condutas proibidas e que poderão resultar na aplicação de sanções disciplinares ou contratuais: ameaças, intimidações, perseguições, xingamentos, humilhações, gritos, apelidos negativos, campanhas ou fofocas difamatórias, gestos e sugestões de cunho sexual, contato físico sem permissão, conversas inapropriadas sobre aparência física, vestimenta ou sexo, assovios, pedido de favores sexuais, preconceito, desprezo, desmerecimento, piadas e xingamentos em razão de raça, cor, etnia, origem, nacionalidade, sexo biológico, orientação sexual, identidade e expressão de gênero,



religião, crença, filosofia de vida, preferência política, idade, aparência física, posição social, estado civil, escolaridade, deficiências ou qualquer outra característica pessoal.

3.2 Prevenção e tratamento de conflitos de interesses

Os colaboradores e parceiros de negócio do Grupo Alpina se comprometem a não permitir que os seus interesses pessoais interfiram em suas decisões e responsabilidades profissionais, principalmente porque podem colidir com os valores e interesses do Grupo Alpina. Em situações que possam configurar conflito de interesses, devem se abster de influenciar ou de tomar decisão.

São situações que podem configurar conflito de interesses para os fins deste Código:

- possuir participação societária ou acionária igual ou superior a 20% em empresas concorrentes ou que façam negócios com o Grupo Alpina;
- ser cônjuge, companheiro, enteado ou possuir parentesco de até 2º grau ou amizade íntima com agentes públicos ou pessoas expostas politicamente alocados em setor responsável pela realização de licitações/contratações ou pela recomendação ou tomada de decisão sobre esses temas em negócio que o Grupo Alpina esteja participando;
- ser cônjuge, companheiro, enteado ou possuir parentesco de até 2º grau ou amizade íntima com pessoas em posição de liderança em empresas de clientes ou de parceiros de negócio, que participem da contratação ou tomada de decisão sobre negócios com o Grupo Alpina;
- ser cônjuge, companheiro, enteado ou possuir parentesco de até 2º grau ou amizade íntima com pessoas em posição de direção em empresas concorrentes;
- contratar ou influir na contratação de cônjuge, companheiro, enteado e parentes de até 2º grau, bem como amigos íntimos;
- interferir na tomada de decisões envolvendo clientes e parceiros de negócio quando estiver com a imparcialidade comprometida, ainda que de forma não aparente;
- fazer negócios com concorrentes do Grupo Alpina;

- exercer função em outras empresas ou entidades de classe, salvo prévia aprovação;
- utilizar-se do cargo, posição ou relação com o Grupo Alpina para obter qualquer tipo de favorecimento para si ou terceiro;
- usar informações privilegiadas obtidas em razão do cargo, função ou relação com o Grupo Alpina em benefício pessoal ou de terceiro;
- realizar atividades pessoais ou profissionais alheias às do Grupo Alpina, remuneradas ou não, no local e/ou horário de trabalho acordado com o Grupo Alpina;
- usar o patrimônio do Grupo Alpina para fins pessoais; e
- comercializar produtos e serviços nas dependências do Grupo Alpina, ainda que fora do horário comercial.

O Grupo Alpina pode vir a contratar cônjuges, companheiros, enteados, parentes ou amigos íntimos de seus colaboradores para posições internas ou como parceiros de negócios, desde que:

- o Comitê de Integridade seja consultado;
- o colaborador relacionado não participe ou interfira, direta ou indiretamente, na tomada da decisão sobre a contratação;
- não exista relação de subordinação com o colaborador relacionado;
- não haja alocação no mesmo setor do colaborador relacionado; e
- a pessoa não ocupe posição em que tenha por função verificar, processar, auditar, aprovar, rever, conferir ou afetar o trabalho do colaborador relacionado ou vice-versa.

No momento de sua admissão e a cada dois anos, os colaboradores e parceiros de negócio do Grupo Alpina deverão preencher e encaminhar a **Declaração de Conflito de Interesses** ao Comitê de Integridade, devendo informar seus vínculos com:



- colaboradores, parceiros de negócio e concorrentes do Grupo Alpina;
- administração pública, agentes públicos e pessoas expostas politicamente;
- outras empresas, associações, fundações, institutos ou organizações que possuam vínculo direto ou indireto com o Grupo Alpina.

Fique atento: possível conflito de interesses, ainda que aparente, deverá ser imediatamente comunicado ao Comitê de Integridade, que adotará as providências cabíveis.

3.3 Brindes, presentes, hospitalidades e entretenimentos

Brindes, presentes, hospitalidades, entretenimentos e outros benefícios podem representar ou ser interpretados como vantagem indevida quando estiverem em desacordo com a legislação e com as normas internas do Grupo Alpina, de seus parceiros de negócio ou de clientes.

Brindes são permitidos de forma ocasional se forem de valor inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

Quando envolver agentes públicos, pessoas expostas politicamente, é proibido fazer ou aceitar promessa, solicitar, exigir, intermediar, autorizar, oferecer ou receber, direta ou indiretamente, presentes, entretenimentos, hospitalidades ou outros benefícios, qualquer que seja a frequência ou o valor.

Nos demais casos, os colaboradores e parceiros de negócio que representarem ou de qualquer forma atuarem em favor do Grupo Alpina, podem autorizar, oferecer ou receber brinde, presente, entretenimento ou hospitalidade desde que:

- não configure, ainda que aparentemente, vantagem indevida ou pagamento de facilitação;
- não haja risco de interferência no julgamento comercial independente ou nos valores institucionais do Grupo Alpina;
- não represente dano reputacional ao Grupo Alpina;



- esteja de acordo com a legislação aplicável e com os parâmetros dispostos nas regras institucionais as quais o indivíduo que receberá está submetido;
- possua finalidade institucional clara e legal;
- não represente qualquer contrapartida;
- não seja em espécie ou equivalente, como vouchers ou vales-presente, qualquer que seja o valor;
- não ocorra durante contratações, renovações de contratos ou outras negociações envolvendo o Grupo Alpina; e
- não tenham frequência desarrazoada.

Se os colaboradores ou parceiros de negócio que representarem ou de qualquer forma atuarem em favor do Grupo Alpina receberem presentes, entretenimentos, hospitalidades ou outros benefícios em função de seu vínculo com o Grupo Alpina, deverão comunicar o Comitê de Integridade no prazo máximo de 48 horas.

Qualquer que seja a frequência ou o valor, brindes oferecidos por ou recebidos de agentes públicos ou pessoas expostas politicamente serão imediatamente informados ao Comitê de Integridade.

Na eventual necessidade de se oferecer hospitalidade a parceiros de negócio, o procedimento deve ser autorizado pelo Comitê de Integridade.

Fique atento: é proibido, em qualquer hipótese, fazer ou aceitar promessa, solicitar ou exigir presentes, entretenimentos, hospitalidades ou outros benefícios, pois esse ato pode configurar aparência de vantagem indevida, sendo apenas permitido os autorizar, oferecer ou receber quando estiverem em conformidade com os parâmetros acima.

Importante: as disposições deste tópico se aplicam a parceiros de negócio quando atuarem em nome do Grupo Alpina, sobrepondo-se às suas próprias disposições sobre o tema.



3.4 Patrocínios, doações e outras contribuições

O Grupo Alpina pode apoiar e incentivar campanhas e projetos externos que se alinhem aos seus valores institucionais, desde que observados os parâmetros a seguir:

- compatibilidade com as normas internas do Grupo Alpina;
- não configuração de conflito de interesses, ainda que aparente;
- não vinculação, direta ou indireta, à vantagem indevida;
- destinação a entidades regulares, após a verificação simplificada de sua integridade via pesquisas em fontes públicas de informação;
- celebração de termo, com os seguintes tópicos: **(i)** objeto; **(ii)** destinação; **(iii)** finalidade; e **(iv)** deveres das partes, incluindo o de correta aplicação de recursos pela entidade destinatária;
- se beneficiadas entidades públicas ou privadas, proibição de depósitos em contas de pessoas físicas ou da entrega em espécie; e
- proibição de pagamento em contas de terceiros ou por meio de contas *offshore*, quando a entidade beneficiária tiver sede ou representação no Brasil.

Em caso de patrocínios, doações e contribuições de grande monta, deverá ser celebrado contrato contendo os mesmos tópicos do termo, acima apresentado, com o acréscimo de cláusulas específicas: **(i)** anticorrupção; e **(ii)** antilavagem de dinheiro.

As disposições deste tópico se aplicam a parceiros de negócio quando atuarem em nome do Grupo Alpina.

Fique atento: o Grupo Alpina não se vincula a nenhum político ou organização político-partidária e não realiza quaisquer doações, financiamentos ou contribuições a candidatos, pessoas próximas a candidatos, comitês de campanha, partidos políticos ou equiparados, direta ou indiretamente.

O colaborador que exercer o seu direito de fazer doações, financiamentos ou contribuições a candidatos, comitês de campanha, partidos políticos ou equiparados fica desde já advertido que, em hipótese alguma, poderá vincular, direta ou indiretamente, o Grupo Alpina, seus sócios ou dirigentes a essas atividades.



Importante: para incentivar a diversidade política, o Grupo Alpina, de forma suprapartidária e sem qualquer contrapartida, autoriza que candidatos a cargos eletivos exponham, caso queiram, suas propostas eleitorais aos colaboradores do Grupo Alpina nas dependências da empresa.

É vedada qualquer forma de sugestão ou coação, direta ou indireta, de colaboradores para adoção de determinado posicionamento político.

Qualquer colaborador do Grupo Alpina, independentemente de seu cargo ou posição, não pode manifestar suas preferências políticas em nome do Grupo Alpina, inclusive mediante a aceitação ou utilização de materiais de campanha ou registros de imagem que liguem, direta ou indiretamente, o Grupo Alpina a posições político partidárias.

3.5 Interação com agentes públicos

Como a interação com agentes públicos pode atrair riscos, especialmente de corrupção, os colaboradores e parceiros de negócio que atuarem em nome do Grupo Alpina estão vinculados aos seguintes protocolos em reuniões e outros contatos com agentes públicos e pessoas expostas politicamente:

- observar a legislação e as políticas de integridade do Grupo Alpina;
- não fazer promessa, intermediar, autorizar, oferecer, direta ou indiretamente, presentes, entretenimentos, hospitalidades, outros benefícios, vantagem indevida ou pagamento de facilitação;
- não prejudicar ou dificultar fiscalizações ou investigações de órgãos, entidades ou agentes públicos;
- estabelecer uma comunicação formal, transparente e objetiva, evitando qualquer tipo de interpretação negativa;
- se a interação for realizada por e-mail, sempre se utilizar da conta de e-mail corporativa;
- evitar interações por meios informais, como *WhatsApp*, Telegram, SMS e similares;

- não participar de reuniões extraoficiais, fora do horário comercial ou de aparência suspeita, como encontros em restaurantes, parques ou à noite;
- evitar realizar reuniões ou outras interações quando houver apenas um colaborador do Grupo Alpina presente, sendo preferível que pelo menos dois participem do ato;
- sempre que possível, agendar reuniões presenciais prévia e formalmente, via canais oficiais, com ciência prévia dos temas que serão abordados;
- registrar reuniões em ata contendo: **(i)** data; **(ii)** local; **(iii)** horário de início e de término; **(iv)** nome dos participantes; **(v)** resumo dos temas; **(vi)** providências a serem tomadas e por quem; **(vii)** demais informações relevantes; e, **(viii)** a assinatura dos participantes ou, se for o caso, o registro de eventual recusa em assinar o documento.
- se sofrer qualquer forma de pressão ou for solicitada ou exigida alguma vantagem indevida, finalizar imediatamente a interação e informar ao Comitê de Integridade ou comunicar o ocorrido via a Ouvidoria Grupo Alpina.

Fique atento: na obtenção de licenças, autorizações ou outro tipo de regularização perante os órgãos da Administração Pública, por colaboradores ou parceiros de negócio do Grupo Alpina, devem ser seguidos os protocolos de interação com agentes públicos, acima apresentados, sendo proibidos pagamentos de facilitação ou oferta de vantagem indevida para auxiliar ou agilizar a obtenção de quaisquer desses atos públicos de liberação. Pagamentos de “taxas de urgência”, se previstos na legislação não se confundem com pagamentos de facilitação e podem ser realizados.

Importante: sempre que possível, haverá rotatividade de colaboradores que interajam com agentes públicos, inclusive nas negociações com a Administração Pública.

Em inspeções, fiscalizações, investigações ou demais verificações oficiais realizadas por agentes público, serão observados os seguintes procedimentos:

- comunicar imediatamente seu gestor, para que esse informe o Comitê de Integridade e os advogados do Grupo Alpina, encaminhando foto dos documentos apresentados pelos agentes públicos;
- enquanto espera as providências do gestor, encaminhar os agentes públicos a uma sala reservada, solicitando respeitosamente que aguarde a chegada do representante que acompanhará o ato;
- não liberar o acesso enquanto não estiver presente um representante do Grupo Alpina para receber os agentes públicos;
- não impedir, dificultar ou intervir na atuação dos agentes públicos, como por exemplo esconder ou destruir documentos e equipamentos, apagar e-mails e ser rude;
- não receber qualquer documento ou intimação sem a presença de um representante do Grupo Alpina;
- caso seja exigida ou solicitada vantagem indevida ou pagamento de facilitação, cessar o contato e avisar imediatamente o Comitê de Integridade.

3.6 Contratação de ex-agente público

Em caso de contratação de ex-agente público para trabalhar no Grupo Alpina serão observados os seguintes parâmetros:

- seleção por critérios técnicos e objetivos;
- verificação de obrigação de cumprimento de período de afastamento do setor em que atuava quando exercia o cargo ou função pública (quarentena);
- envio de notificação ao órgão a que pertenceu o agente público, se dentro do período de 5 anos (cinco) desde o seu desligamento, informando acerca da contratação;
- inclusão de cláusulas de *compliance* anticorrupção no contrato de trabalho; e
- não designação para atuação ou representação dos interesses do Grupo Alpina perante o órgão da Administração Pública em que desenvolveu suas funções nos últimos 5 (cinco) anos.



3.7 Negociações com a Administração Pública

Ao participar de licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública os colaboradores e parceiros de negócio que atuarem em nome do Grupo Alpina têm o dever de atuar de forma honesta, em observância da legislação e de acordo com as políticas de integridade do Grupo Alpina, inclusive cumprindo o protocolo de interação com agentes públicos, disposto acima.

Nesse contexto, são alguns exemplos de condutas proibidas:

- fazer promessa, intermediar, autorizar, oferecer, direta ou indiretamente, vantagem indevida, pagamento de facilitação ou outro benefício para obter qualquer tipo de favorecimento na licitação e/ou contratação;
- frustrar ou fraudar licitações ou contratos com a Administração Pública, como atrapalhar ou fraudar atos do processo licitatório, participar da elaboração de editais, afastar concorrentes da licitação por meio do oferecimento de vantagem indevida ou outro meio fraudulento, empregar artifício ilegal para tornar a execução do contrato mais onerosa para a Administração Pública (sobrepço ou superfaturamento), dentre outras condutas do gênero;
- fazer acordos ou combinações de qualquer tipo com concorrentes, como combinar com concorrente valores de propostas a serem apresentadas em licitações (“proposta cobertor”), fazer acordos para favorecer o Grupo Alpina ou concorrente em licitação, dentre outras condutas do gênero;
- influenciar agentes públicos a favorecer o Grupo Alpina (“direcionamento de licitação”), como exigir em editais de licitação atestados de qualificação técnico-profissional/operacional muito específicos com a única finalidade de beneficiar o Grupo Alpina e que não sejam necessários nos termos da legislação, dentre outras condutas do gênero; e
- trocar informações privilegiadas com agentes públicos ou concorrentes.



Fique atento: caso você tenha conhecimento de que o Grupo Alpina esteja prestando serviços à Administração Pública sem contrato ou com o objeto diferente do contrato, comunique imediatamente ao Comitê de Integridade.

Importante: o Grupo Alpina promoverá, quando possível, a rotatividade dos colaboradores que validarem documentos apresentados para participação em licitações.

3.7 Interação com parceiros de negócio

Na interação com parceiros de negócio, os colaboradores do Grupo Alpina promoverão um tratamento cordial, íntegro, igualitário, livre de favorecimentos e em observância aos princípios da livre concorrência e aos padrões de integridade contidos na legislação, neste Código e nas demais políticas do Grupo Alpina.

É proibido exigir, solicitar, aceitar, receber, oferecer, prometer, entregar ou pagar, direta ou indiretamente, qualquer benefício, incluindo presente, hospitalidade e entretenimento, ou vantagem indevida, com a finalidade de interferir em deveres profissionais próprios ou de terceiros.

Na interação com parceiros de negócio deverão ser observadas, no que couber, as disposições sobre conflito de interesses e compromissos dispostos neste Código.

São exemplos de atos de corrupção privada, e conseqüentemente condutas vedadas, no contexto da interação com parceiros de negócio:

- aceitar presente de colaborador de parceiro de negócio para viabilizar ou interferir na decisão sobre a contratação do parceiro pelo Grupo Alpina, em prejuízo de outros concorrentes;
- cobrar comissões extraoficiais de parceiro de negócio para viabilizar ou interferir na decisão sobre a renovação de contrato dele com o Grupo Alpina;
- receber pagamento para repassar informações privilegiadas do Grupo Alpina;
- oferecer hospitalidades e entretenimentos para parceiro de negócio conceder condições vantajosas (descontos, matéria-prima extra) ao Grupo Alpina.



Fique atento: no âmbito de suas funções, os colaboradores do Grupo Alpina deverão zelar para que os contratos com os parceiros de negócios, principalmente dos que interajam com agentes públicos, como no caso do apoio para a obtenção de licenças, autorizações, alvarás, certificados e similares, sejam sempre celebrados com cláusula anticorrupção. No caso específico de fornecedores que não interajam com agentes públicos, os colaboradores responsáveis têm o dever de instruir todas as ordens de serviços com o Anexo 1 (Princípios anticorrupção a serem observados por parceiros de negócio) e, em caso de fornecimento continuado, ao menos a primeira ordem de serviços deverá ser instruída com o referido Anexo 1.

Importante: caso você verifique ou suspeite que algum colaborador ou parceiro de negócio do Grupo Alpina está agindo em desacordo com a legislação ou com as políticas institucionais do Grupo Alpina, inclusive para obter qualquer tipo de vantagem indevida, comunique imediatamente o Comitê de Integridade ou acesse a Ouvidoria do Grupo Alpina, para que essa situação seja devidamente apurada.

3.8 Interação com clientes

Os colaboradores do Grupo Alpina dispensarão aos clientes um tratamento cordial, profissional, íntegro, e em observância aos padrões de integridade contidos na legislação, neste Código e nas demais políticas do Grupo Alpina.

Ao interagirem com clientes, os representantes comerciais do Grupo Alpina:

- passarão previamente por um treinamento específico sobre prevenção e enfrentamento de corrupção privada;
- deverão atuar com ética e transparência nas negociações; e
- preferencialmente promoverão as interações com clientes em conjunto com outro colaborador do Grupo Alpina.

São condutas proibidas na interação de representantes comerciais com clientes:

- exigir, solicitar, aceitar, receber, oferecer, prometer, entregar ou pagar, direta ou indiretamente, vantagem indevida, incluindo comissões extraoficiais (“por

fora”), com a finalidade de interferir em deveres profissionais próprios ou de terceiros.

- aumentar deliberadamente os valores de produtos e/ou serviços (sobrepço) para obter valores maiores a título de comissão oficial;
- combinar de receber valores de clientes, em troca de lhes conceder descontos não autorizados sobre os valores de produtos e/ou serviços;
- realizar acordos com concorrentes sobre divisão ou valor de produtos a serem ofertados a clientes;
- falsificar qualquer tipo de documento para comercializar produtos e serviços do Grupo Alpina de forma extraoficial; e
- oferecer, ainda que extraoficialmente, produtos e serviços de empresas concorrentes.

3.9 Interação com concorrentes

Quando for necessário ter algum tipo de interação com empresas concorrentes, os colaboradores do Grupo Alpina deverão adotar especial cautela, para que não haja qualquer tipo de infração à legislação concorrencial brasileira.

A legislação brasileira confere ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE), poderes para punir empresas e indivíduos por infrações à ordem econômica, que podem incluir:

- acordar, combinar, manipular ou ajustar com concorrente: os preços de bens ou serviços ofertados individualmente; a produção ou a comercialização de uma quantidade restrita ou limitada de bens ou a prestação de um número, volume ou frequência restrita ou limitada de serviços; a divisão de partes ou segmentos de um mercado atual ou potencial de bens ou serviços, mediante a distribuição de clientes, fornecedores, regiões ou períodos; e preços, condições, vantagens ou abstenção em licitação pública, entre outros;
- promover, obter ou influenciar a adoção de conduta comercial uniforme ou concertada entre concorrentes;



- limitar ou impedir o acesso de novas empresas ao mercado;
- criar dificuldades à constituição, ao funcionamento ou ao desenvolvimento de empresa concorrente;
- impedir o acesso de concorrente às fontes de insumo, matérias-primas, equipamentos ou tecnologia, bem como aos canais de distribuição;
- utilizar meios enganosos para provocar a oscilação de preços de terceiros.

Em eventuais contatos com empresas concorrentes que se façam necessários, deve-se evitar a discussão de assuntos que possam ser considerados concorrencialmente sensíveis, ou seja, relacionados a estratégia das empresas ou que possam alterar a dinâmica concorrencial do mercado. Abaixo apresentamos uma lista, não taxativa, de temas que não devem ser discutidos em eventuais encontros com concorrentes, sob risco de caracterização do contato como uma potencial infração à ordem econômica:

- preços ou condições comerciais praticadas pelo Grupo Alpina;
- custos de suas operações;
- remuneração de colaboradores;
- estratégia comercial;
- informações não públicas sobre marcas e patentes de desenvolvimento;
- principais clientes e descontos praticados;
- principais fornecedores e condições comerciais;
- planos de aquisição futuros.

O cuidado nas interações com concorrentes deverá ser redobrado em associações/sindicatos, que eventualmente o Grupo Alpina participe, uma vez que nesses ambientes, provavelmente, irão ocorrer interações com concorrentes. Nessas situações, o recomendável é preparar, ou solicitar que a associação/sindicato prepare, uma ata com os temas que serão objeto de discussão, e em caso de menção a tema que poderia ser caracterizado como uma informação concorrencialmente sensível, procurar o Comitê de Integridade, para verificar eventuais providências a serem adotadas.



Os colaboradores do Grupo Alpina, em regra, não deverão fornecer dados do grupo para associações/sindicatos. Na hipótese de se fazer necessário o compartilhamento de informações, o colaborador deverá, primeiramente, procurar o Comitê de Integridade e explicar a razão pela qual é necessário compartilhar informações com a referida associação de classe.

Caso o entendimento seja de que as informações devem ser compartilhadas, deverá se verificar se estão sendo tomados os seguintes cuidados na coleta dos dados:

- assegurar que a coleta dos dados está sendo realizada por terceiros, sem ligação com nenhuma das empresas associadas, como uma consultoria contratada especificamente para esse fim;
- a existência de salvaguardas para o não vazamento das informações, como a limitação do número de indivíduos que terá acesso aos dados compartilhados e o armazenamento deles em locais onde o acesso esteja restrito a indivíduos sem ligação com as empresas; e
- caso os dados venham a ser divulgados para terceiros, os mesmos deverão ser compartilhados apenas de forma agregada, de maneira que não seja possível identificar os dados de cada uma das empresas envolvidas na pesquisa.

Por fim, é importante que caso ocorra qualquer tipo de tentativa de contato de concorrentes com colaboradores do Grupo Alpina, envolvendo potencial troca de informações concorrencialmente sensíveis, ou menção/sugestão de atos que poderiam ser caracterizados como uma infração à ordem econômica, o colaborador contatado deverá reportar a situação imediatamente aos advogados do Grupo Alpina para avaliação da situação e adoção das medidas cabíveis.

3.10 Prevenção e enfrentamento de fraudes internas

O Grupo Alpina não tolera o desvio de valores, a falsificação de documentos, a manipulação de informações ou a promoção de qualquer outro tipo de fraude em



registros, sistemas e controles internos do Grupo Alpina ou a subtração ou apropriação indevida de seu patrimônio ou de seus clientes e parceiros de negócio.

Para prevenir fraudes internas, o Grupo Alpina:

- concede aos seus colaboradores acesso a sistemas internos exclusivamente mediante cadastro de usuários e senhas individuais e intransferíveis;
- estabelece alçadas internas de aprovação, com designação de pessoas distintas para processar, verificar e aprovar processos, em especial relacionados a contratos e pagamentos; e
- periodicamente aprimora os seus sistemas de tecnologia e segurança da informação.

Os ativos, passivos, receitas, despesas e transações do Grupo Alpina deverão ser verídicos, completos e precisos, bem como registrados de acordo com a legislação aplicável e com as normas e princípios contábeis.

Fique atento: por questões de segurança, deverão ser evitados pagamentos de boletos enviados por e-mails externos estranhos aos contatos de negócios do Grupo Alpina.

Nesses casos, deverá ser diretamente contatado o beneficiário de pagamento, pelos canais oficiais, para que preferencialmente passe os dados necessários para a realização de transferência bancária. Da mesma forma, desconfie de mensagens supostamente enviadas por parceiros de negócio ofertando desconto expressivos no pagamento de valores ou solicitando alteração na forma de pagamento já pactuada.

3.11 Prevenção e enfrentamento da lavagem de dinheiro

O Grupo Alpina condena práticas que objetivem esconder, disfarçar, movimentar ou utilizar bens ou valores derivados de crimes ou que se destinem, de qualquer forma, a financiar, custear, patrocinar ou subvencionar atos ilícitos em geral, em especial a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e da proliferação de armas.

Para prevenir essas práticas, o Grupo Alpina se reserva ao direito de recusar pagamentos:



- em espécie;
- por meio de contas *offshore* quando o cliente for sediado ou possuir representação no Brasil;
- com a utilização de recursos que tenham origem ilegal; e
- para terceiros estranhos ao negócio.

Fique atento: em caso de dúvidas sobre a legalidade dos valores utilizados para fins de pagamento ao Grupo Alpina ou qualquer outra atividade suspeita, é dever do colaborador imediatamente comunicar o Comitê de Integridade.

Glossário

Administração Pública: entes da Federação, órgãos públicos ou pessoa jurídica, nacional ou estrangeira, que preste serviços públicos, ainda que indiretamente, como: União, Estados, Municípios, empresas ou fundações públicas, agências reguladoras, organizações financiadas com recursos públicos, sociedades de economia mista, órgãos do poder legislativo e judiciário, departamentos ou agências internacionais, dentre outros.

Exemplos de entes e órgãos da Administração Pública			
Federal	Estadual	Municipal	Sociedade de economia mista
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); - Receita Federal; - Polícia Federal; - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)	- Polícia Civil do Estado de São Paulo; - Secretaria da Fazenda; - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB); - Corpo de Bombeiros.	- Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP; - Vigilâncias Sanitárias da Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP.	- Petrobras; - Banco do Brasil.

Agentes Públicos: pessoa que exerce, ainda que temporariamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração pública.

Exemplos de Agentes Públicos			
Federal	Estadual	Municipal	Sociedades de economia mista
<ul style="list-style-type: none"> - Agente e técnico do IBAMA; - Investigador ou delegado da Polícia Federal; - Auditor da Receita Federal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Investigador ou delegado da Polícia Civil; - Tenentes, Subtenentes, Majores da Polícia Militar; - Agente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo 	<ul style="list-style-type: none"> - Fiscal da vigilância sanitária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Colaboradores da Petrobras - Colaboradores do Banco do Brasil

Assédio moral: exposição de outra pessoa a situações humilhantes e constrangedoras de forma repetitiva e prolongada, prejudicando o ambiente de trabalho.

Exemplos de situações que configuram assédio moral
Ameaçar ou intimidar liderado por qualquer razão
Perseguir colega de trabalho para atingir a sua autoestima,
Criar e circular memes com a imagem de colaboradores
Xingar ou colocar apelidos negativos (<i>bullying</i>) em colegas de trabalho



Humilhar ou constranger com gestos ou palavras de desqualificação

Gritar ou exceder o tom de voz quando for advertir liderados

Assédio sexual: ato de constranger alguém no ambiente de trabalho, explorando sua posição de liderança ou influência, para obter favorecimento sexual.

Exemplos de situações que configuram assédio sexual
Chantagear ou intimidar liderada para que aceite alguma investida sexual para não ser prejudicada no trabalho ou para ser promovida
Dar toques, carícias ou qualquer contato físico com outra pessoa sem permissão
Realizar ou participar de conversas inapropriadas sobre aparência física, vestimenta ou sexo
Fazer gestos e sugestões de cunho sexual, como assovios e piscadas mal intencionadas
Tirar e compartilhar fotos não consentidas de colaboradores
Pedir favorecimentos sexuais em troca de não exibir material pornográfico de que teve acesso envolvendo outra pessoa

Benefícios: brindes, presentes, hospitalidades ou similar, que possam ou não ser precificados.

Brindes: lembranças ou materiais institucionais oferecidos a título de cortesia, divulgação habitual ou em eventos ou datas comemorativas, como agendas, bonés, pastas, cadernos, canecas, calendários, chaveiros, *pen drives* e canetas.



Colaboradores: pessoa que presta serviços ao Grupo Alpina, por meio de relação de emprego, contratual ou qualquer outra espécie de vínculo, independentemente da posição que ocupa.

Conflito de interesses: situação em que os interesses pessoais têm o potencial de interferir no julgamento da pessoa conflitada ou no não cumprimento de suas responsabilidades profissionais, podendo resultar em um benefício ou vantagem indevida para si ou terceiro.

Exemplos de situações que configuram conflito de interesses
Vínculo empregatício com outra empresa ou organização;
Contratação ou influência no processo de contratação de parentes;
Contratação/compra ou influência no processo de contratação/compra de bens e serviços de empresas próprias ou com as quais mantém ou manteve alguma relação;
Uso de informações privilegiadas, obtidas em razão do cargo ou função que exerça no Grupo Alpina, em benefício pessoal;
Participação direta ou indireta em fornecedores, clientes, prestadores de serviços e concorrentes do Grupo Alpina;
Parentes que possuam poder de decisão em empresas concorrentes ou que possuam relação comercial com o Grupo Alpina.

Corrupção: ato de prometer, oferecer, autorizar ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida ou pagamento de facilitação a agente público, candidato à cargo público, à pessoa jurídica do setor privado ou a seu representante ou colaborador, incluindo partidos políticos, à pessoa física prestadora de serviços, a representante de classe ou grupo, ou a terceiro por eles indicados. Da mesma forma, configura corrupção aceitar promessa, solicitar ou receber vantagem indevida que possa resultar ao Grupo



Alpina, a si ou a terceiro, qualquer benefício ilegal, decorrente de ato ou omissão relacionado às suas responsabilidades profissionais.

Exemplos de atos de corrupção
Prometer qualquer bem de valor, vantagem indevida ou pagamento de facilitação a agente público em contrapartida a algum ato que esteja ao alcance dele, como, por exemplo, a obtenção ou renovação de uma licença;
Autorizar o pagamento a algum agente da vigilância sanitária para cancelar determinada autuação;
Realizar doações eleitorais a políticos para que ele aprove ou deixe de aprovar um projeto de lei;
Prometer vantagem a agente público para que ele direcione o resultado de uma licitação;
Oferecer porcentagem do valor de potencial contrato com a Administração Pública para que concorrente desista da licitação;
Dar presentes para que agente público altere ou prorrogue contrato público ou se manifeste favoravelmente para tanto.

Contas offshore: contas bancárias localizadas fora do país de residência (pessoa física) ou sede (pessoa jurídica) de seu proprietário.

Due diligence: é uma expressão comumente utilizada no mercado para se referir a uma verificação detalhada de algo, como um parceiro de negócio. Consiste na análise multissetorial e reputacional, dentre outros, com o fim de se verificar fatos que possam influenciar na contratação do parceiro de negócios.



Entretenimentos: atividades ou eventos de lazer, como eventos esportivos, shows, festas, peças teatrais, conferências técnicas e de negócio sem relação direta com as atividades do Grupo Alpina.

Fraude: atos irregulares voltados à obtenção de vantagens indevidas para si ou terceiros, como falsificação de documentos, imitação da assinatura de outra pessoa, acesso a sistemas informáticos via cadastro de outra pessoa ou outro não autorizado, desvio de valores etc.

Grupo Alpina: empresas que compõe o Grupo Alpina, a saber: Alpina Equipamentos Industriais Ltda., Alpina S.A. Indústria e Comércio, Alpina Equipamentos Industriais, Serviços e Montagens Ltda., Alpina Orion Tecnologia Açucareira S.A. e Alpina Termoplásticos Ltda.

Hospitalidades: despesas com locomoção, refeições, estadias, cursos, seminários, congressos ou eventos em geral, desvinculados das atividades Grupo Alpina.

Informação confidencial ou privilegiada: informação sobre assuntos internos estratégicos envolvendo o Grupo Alpina e que não devem ser divulgadas a terceiros ou, ainda, que estejam em sigilo perante órgãos da Administração Pública.

Lavagem de dinheiro: ato que pretende dar aparência legítima a bens, direitos ou valores provenientes de atividades ilegais, por meio de operações de ocultação e dissimulação da origem ilícita desses ativos e de sua utilização. Também se considera lavagem de dinheiro a participação em grupo, associação ou entidade que pratique lavagem de dinheiro.

Pagamento de facilitação: pagamentos de pequenas quantias ou concessão de outro benefício de menor importância, para a obtenção de facilidades em atos de rotina, como obtenção de licenças, alvarás e outros documentos e serviços de forma mais rápida.

Parceiros de negócio: pessoas externas que apoiam as atividades do Grupo Alpina, como fornecedores, representantes comerciais, empresas consorciadas, despachantes,



advogados, corretores, consultores, contadores, intermediários e lobistas ou outras pessoas que tenham relacionamento profissional com o Grupo Alpina.

Parentes de 2º grau: são parentes de 2º grau avós, irmãos, irmãs, netas e netos.

Pessoa exposta politicamente (PEP): pessoa que desempenha ou desempenhou cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou no exterior, nos últimos cinco anos. Para fins deste Código, são considerados nessa categoria, os parentes, amigos próximos, ex-colaboradores, sócios e demais pessoas que tiveram ou ainda têm algum vínculo, direto ou indireto, com a PEP.

Exemplos de pessoas expostas politicamente
Presidente da República, Governadores e Prefeitos;
Senadores, deputados estaduais e federais e vereadores;
Presidente e funcionários de alto escalão de empresas públicas ou sociedades de economia mista;
Diretores, superintendentes e funcionários de alto escalão de entes e órgãos da Administração Pública;
Ministros de Estado.

Presentes: itens de valor comercial que não configuram brindes.

Vantagem indevida: qualquer favorecimento ilegal de qualquer valor e modalidade (ex. dinheiro, presentes, hospitalidades, entretenimento, oportunidade de trabalho ou outro benefício), ainda que indireto, para influenciar agentes públicos, candidatos a cargos públicos, ou pessoa jurídica de direito privado ou seu representante a: **(i)** praticar ou se omitir em suas atribuições; **(ii)** instigar pessoa para que os influencie a praticar ou se omitir em suas atribuições; ou **(iii)** cometer ilegalidades.

Exemplos de vantagem indevida
Oferecer ou dar cargos ou empregos a agentes públicos ou pessoas a eles relacionadas em troca de vantagens em negócios com a administração pública;
Oferecer ingressos e convites para eventos a agentes públicos, candidatos a cargos públicos;

Anexo 1 – Princípios anticorrupção a serem observados por parceiros de negócio

Em atenção às melhores práticas de mercado, o Grupo Alpina recomenda que os seus parceiros de negócio observem os valores, normas éticas e padrões de conduta contidos neste Código de Ética e Conduta, principalmente quando atuarem em nome do Grupo Alpina. Para tanto, espera-se que ajam de acordo com os princípios a seguir dispostos:

- **Prevenção à corrupção:** procurar implementar mecanismos de prevenção e combate a toda e qualquer forma de ilegalidade, em especial a corrupção pública e privada, divulgando e orientando seus colaboradores ao cumprimento às disposições deste Código de Ética e Conduta.
- **Relacionamento com a Administração Pública:** todas interações com a Administração Pública em nome do Grupo Alpina devem ser formalizadas e pautadas por uma atuação ética, honesta e transparente, abstendo-se da prática de quaisquer condutas que impliquem infração as disposições deste Código de Ética e Conduta ou a legislação aplicável. No contexto de representação do Grupo Alpina, em hipótese alguma é permitido que os parceiros de negócio pratiquem atos de corrupção, aceitação ou oferecimento de vantagem indevida e pagamento de facilitação a agentes públicos ou pessoas expostas politicamente.

Fique atento: é esperado que todos os parceiros de negócio informem o Comitê de Integridade do Grupo Alpina sobre quaisquer vínculos que possuam com a Administração Pública ou pessoas expostas politicamente.

- **Brindes, presentes, doações, patrocínios, entretenimentos, hospitalidades e outros benefícios:** é vedado aos parceiros de negócio do Grupo Alpina dar, receber, direta ou indiretamente, brindes, presentes, doações, patrocínios, entretenimentos, hospitalidades e benefícios de qualquer natureza como contrapartida por vantagem indevida em nome do Grupo Alpina, sobretudo quando a situação envolver um relacionamento com a Administração Pública.



- **Transparência e veracidade:** os parceiros de negócio do Grupo Alpina devem atuar de maneira transparente em todas as situações, não distorcer informações e prestar somente informações verídicas ao Grupo Alpina.
- **Comunicação de irregularidades:** espera-se que os parceiros de negócio procurem imediatamente o Comitê de Integridade do Grupo Alpina ou a Ouvidoria sempre que tomarem conhecimento ou vivenciarem situações que possam configurar violação aos padrões de conduta contidos neste Código de Ética e Conduta ou a legislação anticorrupção.
- **Atitude colaborativa:** procurar cooperar e auxiliar auditorias ou investigações internas que venham a ser conduzidas pelo Grupo Alpina ou terceiros por ela designados para apurar potenciais infrações as disposições deste Código de Ética e Conduta e a legislação anticorrupção.

Anexo 2 – Cláusula Anticorrupção

1. Neste ato, A CONTRATADA declara que observa toda a legislação aplicável às suas atividades, inclusive às relacionadas especificamente a este contrato, e que não violou ou está violando, direta ou indiretamente, o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), Lei nº 12.529/2011 (Lei Concorrencial), Lei nº 12.813/2013 (Lei de Conflito de Interesses na Administração Pública Federal), Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações) e Decreto nº 11.129/2022 (Regulamenta a Lei Anticorrupção), bem como qualquer outra legislação anticorrupção nacional ou internacional, incluindo o *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) e a *UK Anti-Bribery Act*.
 - a. A CONTRATADA declara que todos os seus colaboradores ou funcionários estão em conformidade com a legislação aplicável às atividades relacionadas a este contrato e garante que não existem processos administrativos ou judiciais, acusação formal ou investigação oficial por parte de autoridade governamental competente contra ela ou os seus colaboradores sobre violações às leis mencionadas no item 1.
 - b. A CONTRATADA se compromete a imediatamente comunicar a CONTRATANTE caso tome conhecimento da existência de qualquer processo administrativo ou judicial, acusação formal ou investigação oficial por parte de autoridade governamental competente, contra si ou seus colaboradores ou funcionários, por qualquer violação às leis elencadas no item 1, e a disponibilizar as informações e documentações necessárias e suficientes para esclarecer os fatos.
2. A CONTRATADA declara que conhece as políticas de integridade da CONTRATANTE, que integram este contrato como Anexo e se compromete a observar e a cumprir integralmente as suas disposições durante toda a vigência do contrato, bem como a divulgar a referida política a seus colaboradores ou funcionários e lhes exigir o cumprimento, especialmente para os que exercem atividades direta ou indiretamente relacionadas à CONTRATANTE.

3. A CONTRATADA reconhece e aceita desde já que é facultado à CONTRATANTE, a qualquer tempo, efetuar auditoria própria, ou por meio de empresa independente e especializada, neste contrato, podendo o rescindir ou suspender caso seja constatada alguma irregularidade, como descumprimento às leis constantes do item 1, inconsistências nos formulários de *Due Diligence*, descumprimento das políticas de integridade e disposições anticorrupção da CONTRATANTE.
 - a. A CONTRATADA compromete-se, desde já, a cooperar com qualquer auditoria que venha a ser realizada, disponibilizando todas as informações que lhe sejam solicitadas, inclusive livros e registros contábeis, notas fiscais e contratos com terceiros eventualmente subcontratados.

4. A CONTRATADA garante que ela e seus colaboradores ou funcionários não se aproveitarão de função pública, partidária, envolvimento com pessoa exposta politicamente, ou relacionamento de qualquer natureza, incluindo pessoal, de negócios ou de associação, com qualquer agente público, pessoa jurídica de direito privado ou seu representante, incluindo partidos políticos, pessoa física prestadora de serviços, clientes, representante de classe ou grupo, ou terceiro por eles indicados, para influenciar de maneira indevida a prática de atos em favor da CONTRATANTE.

5. A CONTRATADA garante que não irá representar a CONTRATANTE ou terá qualquer tipo de comunicação, interação ou interlocução com órgãos públicos ou profissionais representantes da administração pública direta ou indireta, ou com pessoa exposta politicamente, salvo se houver orientação específica por escrito da CONTRATANTE ou se decorrer indubitavelmente da execução do objeto do contrato.
 - a. Caso a CONTRATADA tenha qualquer tipo de comunicação, interação ou interlocução com órgãos públicos ou profissionais representantes da administração pública direta ou indireta, pessoa exposta politicamente, pessoa jurídica de direito privado ou seu representante, incluindo partidos políticos, pessoa física prestadora de serviços, clientes, representante de classe ou grupo, ou terceiro por eles indicados, a CONTRATADA compromete-se a não oferecer, prometer, autorizar, solicitar, receber e aceitar promessa de qualquer vantagem indevida,



pagamento de facilitação ou benefícios de qualquer natureza, incluindo brindes, presentes, hospitalidades, entretenimentos, doações ou patrocínios.

- b. Caso seja prometido, solicitado ou exigido à CONTRATADA qualquer tipo de vantagem ou benefício, incluindo presentes, hospitalidades, entretenimento, doações ou patrocínios, a CONTRATADA compromete-se a comunicar imediatamente a CONTRATANTE.
6. A CONTRATADA está ciente, desde já, que o descumprimento dessas disposições anticorrupção poderá acarretar a imediata rescisão unilateral do contrato, independentemente de qualquer formalidade, estando a CONTRATANTE desobrigada ao pagamento de qualquer valor a título de multa, ressarcimento de perdas e danos diretos e indiretos eventualmente incorridos ou outras penalidades contratuais.
- a. Caso a CONTRATANTE tome conhecimento de fatos ou indícios relevantes de que teria ocorrido, ou que estaria na iminência de ocorrer, violações das disposições de integridade por parte da CONTRATADA e/ou qualquer de seus colaboradores, a CONTRATANTE poderá determinar, a seu exclusivo critério, a suspensão imediata dos pagamentos à CONTRATADA e da execução do objeto do contrato, bem como a substituição imediata dos colaboradores envolvidos.
7. A CONTRATADA indenizará, defenderá e isentará a CONTRATANTE de reivindicações, perdas ou danos, diretos ou indiretos, de qualquer natureza, incluindo materiais e reputacionais, relacionados ou decorrentes da violação das presentes disposições anticorrupção, tais como os resultantes de demandas, procedimentos e processos administrativos e judiciais e investigações que digam respeito à CONTRATADA e seus colaboradores, sem prejuízo do direito de regresso assegurado à CONTRATANTE.

Observação: a cláusula de auditoria de parceiros de negócios poderá ser afastada dependendo do objeto da relação com o parceiro, devendo ser sempre utilizada se há representação direta ou indireta da Alpina com a administração pública.

Anexo 3 – Guia de processamento de denúncias

Com o fim de guiar a recepção e o processamento de denúncias encaminhadas à Ouvidoria do Grupo Alpina, fica instituído o seguinte procedimento:

1. As denúncias recebidas pela Ouvidoria do Grupo Alpina serão **registradas** e **apuradas** com **imparcialidade** para a obtenção de evidências sobre a ocorrência ou não de irregularidade.
2. As denúncias registradas na Ouvidoria do Grupo Alpina serão **encaminhadas ao Comitê de Integridade**, que também as poderá receber diretamente, sendo de sua responsabilidade as apurar de acordo com o procedimento deste Guia, manter a sua **confidencialidade** e zelar pela **proteção do denunciante**.
3. Caso algum dos membros do **Comitê de Integridade** esteja direta ou indiretamente envolvido na prática da conduta denunciada, seu conteúdo deverá ser encaminhado diretamente aos demais membros não implicados, que poderão se socorrer de um **Diretor** do Grupo Alpina para dar seguimento às apurações ou contratar profissional externo para tanto.
4. Em análise preliminar, será imediatamente **arquivada** a denúncia que for considerada **inverídica** ou que expressamente **não constitua violação** à legislação ou às Políticas de Integridade do Grupo Alpina, devendo o denunciante que tenha se identificado ser informado sobre essa decisão e seus fundamentos.
5. Sendo verificada preliminarmente a plausibilidade da denúncia, será formalmente instaurado um **Procedimento Apuração (PA)**, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, de forma justificada.
 - 5.1 A apuração passará pelas seguintes etapas: **(i)** pesquisas de informações públicas sobre elementos chave da denúncia; **(ii)** coleta e análise de evidências; **(iii)** realização de entrevistas de colaboradores e parceiros de negócios do Grupo Alpina ou outras partes envolvidas; e **(iv)** solicitação de informações escritas e/ou orais do averiguado.
 - 5.1.1 Na coleta de evidências será observada a **cadeia de custódia**, com a finalidade de rastrear a posse e manuseio da evidência desde o seu reconhecimento até o seu descarte, de modo a registrar a cronologia desse procedimento e a sua integridade.

- 5.1.2** As entrevistas serão conduzidas de forma a assegurar a dignidade, privacidade, intimidade, liberdade e demais **direitos e garantias individuais dos entrevistados**, inclusive de averiguados;
- 5.1.3** Para a realização de entrevistas de ex-colaboradores ou de parceiros de negócio será necessária a **notificação formal** do entrevistado, com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência do ato;
- 5.1.4** A entrevista de infrações de baixa complexidade será preferencialmente **formalizada via Termo**, que deverá ser assinado pelo entrevistado, entrevistadores e, se presente, pelo advogado do entrevistado.
- 5.2** Em casos envolvendo denúncias mais complexas, será possível a contratação de serviços de empresas de auditoria ou escritório de advocacia para dar **suporte à apuração**.
- 5.3** Ao final da apuração, será elaborado um **Relatório** que concluirá pela procedência ou arquivamento definitivo da denúncia, recomendando a aplicação de medidas disciplinares e de remediação.
- 6.** O **Relatório Final** será submetido ao **Departamento de Recursos Humanos**, que aplicará as medidas disciplinares cabíveis se considerada procedente a denúncia, sem prejuízo da consulta aos advogados do Grupo Alpina em casos complexos e/ou que envolvam condutas ilegais, para que sejam avaliadas medidas adicionais.
- 7.** Enquanto não for concluído o Procedimento de Apuração e considerada procedente a denúncia, nenhuma pessoa poderá ser considerada responsável. Contudo, havendo indícios mínimos de que o colaborador ou parceiro de negócio concorreu para a ocorrência de irregularidade, é possível a adoção de **providências provisórias** contra os averiguados, como o afastamento temporário do cargo ou função que exerçam no Grupo Alpina, ou suspensão do contrato, sem prejuízo da remuneração.
- 8.** Se verificado que o denunciante apresentou intencionalmente informações e provas falsas, será instaurado Procedimento Apuração em seu desfavor e, em se confirmando a sua **má-fé**, ele se sujeitará às medidas disciplinares e legais cabíveis.

9. É de 5 (cinco) anos o prazo para que sejam **armazenadas** as denúncias recebidas e a íntegra dos procedimentos delas decorrentes.



Code of Ethics and Conduct - Alpina Group

The Alpina Group is committed to high ethical standards and integrity in conducting its business. In this sense, the Code of Ethics and Conduct reflects the fundamental principles and values of the Alpina Group and determines the standards of conduct that must be observed by all contributors, regardless of hierarchical level, as well as business partners in activities that directly or indirectly involve the Alpina Group.

Mission, vision and values

Mission: To be compromised to lead over time, on its action field, regarding attendance, valuable products and services since 1940, offering solutions that meet the needs of the clients.

Vision: to be a qualified supplier of dependable, efficient and durable products, using sustainable and cutting-edge technology, offering superior relative cost. Thus deserving respect and preference from its customers.

Values: Providing Alpina Group customers with products and services that present meticulous quality and an efficient operation, with low maintenance requirements, guaranteeing remarkable value cost-benefit. Ensuring, therefore, its client's satisfaction regarding the contracts and technical specifications attendance.

Message from the Board

Ombudsman

- 1. Questions:** Reading and understanding the Code of Ethics and Conduct is everyone's duty. In case of doubt, contact the Integrity Committee: comite.integridade@alpina.com.br or the Alpina Group Ombudsman, via the website - www.alpinaequipamentos.com.br.



Senior Management reinforces its commitment to high standards of integrity, including internal accountability of those involved in any irregularity.

2. Reporting: The Alpina Group encourages its contributors, business partners or external people to report any violations of applicable legislation, the provisions of this Code of Ethics and Conduct and other internal rules of the Alpina Group. To receive such communication, the Alpina Group has an Ombudsman that allows internal and external complaints to be made, as well as ensuring:

- the anonymity of the whistleblower;
- the confidentiality of the content of the complaint;
- impartiality in investigating complaints; and,
- protection of whistleblowers in good faith against retaliation.

To report any infractions, contact the Integrity Committee directly - comite.integridade@alpina.com.br - or the Alpina Group Ombudsman, via the website - www.alpinaequipamentos.com.br.

Applicable Sanctions

Violations of the provisions of this Code of Ethics and Conduct, other internal rules of the Alpina Group or applicable legislation, without prejudice to the adoption of applicable legal measures, after due investigation, may subject those responsible to the following sanctions: **(i)** written warning ; **(ii)** temporary suspension; **(iii)** contributor termination; **(iv)** termination of the contract with the business partner; or, **(v)** blocking the business partner from new contracts with the Alpina Group.

When applying the sanctions described above, the nature, severity and frequency of the infraction committed will be taken into account.

Principles of conduct

1. Company commitments



The Alpina Group values the highest standards of integrity in its activities and is committed to developing them in accordance with the following principles:

- **Ethical action:** perform all activities based on ethical, honest, transparent action and in accordance with the highest standards of business conduct.
- **Commitment to human dignity:** no tolerance for business or hiring involving child labor, in conditions similar to slavery or who violate national and international Human Rights standards. No tolerance for any moral or sexual harassment, discrimination based on age, race, religion or gender, and other forms of physical and psychological violence on the part of its contributors and business partners.
- **Responsibility towards customers and consumers:** ensuring the quality and safety of all its products, employing advanced technology and using all available resources.
- **Anti-corruption responsibility:** ensure the implementation of the following mechanisms to combat any and all forms of corruption:
 - **Training:** offer training when hiring new contributors in addition to periodic recycling. Alpina Group's commercial representatives will be periodically offered specific training on preventing and combating corruption.
 - **Due diligence:** select business partners after evaluating their conditions, in particular: (i) market reputation; (ii) integrity standards; (iii) binding with PEP; (iv) relationship with the Public Administration; (v) conflict of interests; and, (vi) involvement in administrative and judicial proceedings or in formal accusation or official investigation for any illegal act.
 - **Due Diligence for low-risk business partners:** low-risk business partners will be selected after evaluating the following aspects: (i) research on public sources on the internet to identify points of attention, in particular their link

to any illegal act; and, (ii) research on credit protection bodies.

Please note: If any point of concern is identified, hiring the supplier will be subject to prior authorization from the Alpina Group Integrity Committee.

▪ **Due diligence for medium and high-risk business partners:**

Consortiums that resell Alpina Group products or services to public entities, commercial representatives, as well as those which represent the interests of the Alpina Group before the Public Administration are considered medium and high risk business partners. The hiring of medium and high-risk business partners, in addition to the same procedures adopted for low-risk business partners, is subject to carrying out *periodic integrity due diligence* by a specialized and independent system or company, as well as prior approval by the Alpina Group Integrity Committee.

○ **Anti-corruption clause:** Adopt an anti-corruption clause in your contracts (Annex 2).

● **Relationship with business partners:** The Alpina Group is committed to treating its business partners in an ethical, fair and transparent manner. The selection of business partners will be carried out impartially, in accordance with technical, commercial and integrity criteria that represent the best cost-benefit for the Alpina Group.

● **Reliability of accounting records:** All Alpina Group accounting records must be truthful, complete and accurate, recorded in accordance with applicable legislation and accounting principles and standards and maintained for a minimum period of 5 years.

● **Protection against retaliation:** Anyone who in good faith reports violations of applicable legislation, the provisions of this Code of Ethics and Conduct



and other internal rules of the Alpina Group will be protected against retaliation resulting from what is reported.

2. General commitments

2.1. Contributors

All contributors of the Alpina Group, regardless of the position or function they perform, inside and outside their workplace, are committed to upholding the good image of the Alpina Group and carrying out their activities in full compliance with the provisions of this Code of Ethics and Conduct and in compliance with Brazilian legislation, in accordance with the following guidelines:

- **Preservation of assets:** All resources, equipment, assets and facilities of the Alpina Group are intended exclusively for professional activities, therefore, they must be preserved and used correctly.
- **Confidentiality:** Do not disclose or comment with other people on information obtained as a result of your professional activities related to the Alpina Group.
- **Interaction with the media:** The relationship between Alpina Group contributors and the media must be guided by ethics and transparency. Any statements and manifestations on behalf of the Alpina Group may only be made with prior authorization. If you are contacted by any press vehicle (newspapers, magazines, television networks, internet, bloggers, influencers, etc.) contact us immediately via email at comite.integridade@alpina.com.br or the Alpina Group Ombudsman, via the website - www.alpinaequipamentos.com.br.

2.2. Business partners

The Alpina Group expects all its business partners to act ethically, with integrity, responsibility and transparency and to adopt the following commitments:



- Do not offer undue advantages or facilitation payments to public agents, candidates for public office, legal entities in the private sector or their representatives, including political parties, individuals providing services, class or group representatives, or third parties indicated by them as compensation for private benefits or to directly or indirectly benefit the Alpina Group;
- Do not accept undue advantage from a legal entity in the private sector or its representative;
- Implement mechanisms to combat any and all forms of illegality, especially corruption (public and private), fraud and money laundering;
- Communicate to the Alpina Group any irregularities that you are aware of, through the corporate website, in the Ombudsman tab (www.alpinaequipamentos.com.br) or (comite.integridade@alpina.com.br)

Furthermore, the business partner undertakes to comply with the provisions contained in the anti-corruption clause set out in the contract.

2.2. Commercial representatives

The Alpina Group expects all its commercial representatives to act ethically, with integrity, responsibility and transparency and to adopt the following commitments:

- Participate in specific training on preventing and combating corruption offered by the Alpina Group;
- Provide accurate and clear accounts to the Alpina Group regarding all amounts received;
- Preferably formalize in writing all interactions with customers and the Alpina Group through official channels, such as corporate email;
- Do not demand or accept receiving amounts as an unofficial commission;
- Do not overprice products to obtain higher amounts as a commission;
- Do not offer any type of undue advantage.

3. Company positioning



3.1 Intolerance towards harassment and discrimination

All Alpina Group contributors and business partners undertake not to practice or encourage acts of moral harassment, sexual harassment, discrimination of any nature or other forms of physical or psychological violence.

Examples of prohibited conduct that may result in the application of disciplinary or contractual sanctions are: threats, intimidation, harassment, insults, humiliation, shouting, negative nicknames, defamatory campaigns or gossip, sexual gestures and suggestions, physical contact without permission, inappropriate comments about physical appearance, dress or sex, ~~catcalling~~ whistling, requests for sexual favors, prejudice, contempt, unworthiness, jokes and insults based on race, color, ethnicity, origin, nationality, biological sex, sexual orientation, gender identity and expression, religion, belief, philosophy of life, political preference, age, physical appearance, social position, marital status, education, disabilities or any other personal characteristic.

3.2 Preventing and handling conflicts of interest

Alpina Group contributors and business partners undertake not to allow their personal interests to interfere in their professional decisions and responsibilities, mainly because they may conflict with the values and interests of the Alpina Group. In situations that may constitute a conflict of interest, they must refrain from influencing or making decisions.

The following are situations that may constitute a conflict of interest for the purposes of this Code:

- Have a shareholding or shareholding equal to or greater than 20% in companies that compete with or do business with the Alpina Group;
- Be a spouse, partner, stepchild or have a relationship of up to 2nd degree or close friendship with public agents or politically exposed people allocated in a sector responsible for carrying out tenders/contracting or for recommending or making decisions on these topics in business that the Alpina Group is involved in;



- Be a spouse, partner, stepchild or have a relationship of up to 2nd degree or close friendship with people in leadership positions in client companies or business partners, who participate in hiring or making decisions about business with the Alpina Group;
- Be a spouse, partner, stepchild or have a relationship of up to 2nd degree or close friendship with people in management positions in competing companies;
- Hire or influence the hiring of spouses, partners, stepsons and relatives up to the second degree, as well as close friends;
- Interfere in decision-making involving customers and business partners when impartiality is compromised, even if in a non-apparent way;
- Do business with Alpina Group competitors;
- Hold a position in other companies or professional associations, unless previously approved;
- Use your position, function or relationship with the Alpina Group to obtain any type of favor for yourself or a third party;
- Use privileged information obtained due to position, function or relationship with the Alpina Group for personal or third-party benefit ;
- Carry out personal or professional activities outside those of the Alpina Group, whether paid or not, at the place and/or working hours agreed with the Alpina Group;
- Use Alpina Group assets for personal purposes; and
- Sell products and services on the premises of the Alpina Group, even outside business hours.

The Alpina Group may hire spouses, partners, stepchildren, relatives or close friends of its contributors for internal positions or as business partners, provided that:

- The Integrity Committee is consulted;
- The related contributor does not participate or interfere, directly or indirectly, in taking the hiring decision;
- There is no subordinate relationship with the related contributor;
- There is no allocation in the same sector as the related contributor; and



- The person does not occupy a position in which the function of checking, processing, auditing, approving, reviewing, checking or affecting the work of the related contributor or vice versa.

Upon admission and every two years, Alpina Group contributors and business partners must complete and forward the **Declaration of Conflict of Interest** to the Integrity Committee, and must inform their links with:

- Contributors , business partners and competitors of the Alpina Group;
- Public administration, public agents and politically exposed people;
- Other companies, associations, foundations, institutes or organizations that have a direct or indirect link with the Alpina Group.

Please note: Possible conflict of interests, even if apparent, must be immediately reported to the Integrity Committee, which will take the appropriate measures.

3.3 Free gifts, gifts, hospitality and entertainment

Free gifts, hospitality, entertainment and other benefits may represent or be interpreted as an undue advantage when they are in violation of the legislation and internal rules of the Alpina Group, its business partners or customers.

Gifts are permitted occasionally if they are worth less than R\$100.00 (one hundred reais).

When involving public agents, politically exposed people, it is prohibited to make or accept promises, request, demand, mediate, authorize, offer or receive, directly or indirectly, gifts, entertainment, hospitality or other benefits, whatever the frequency or value.

In other cases, contributors and business partners who represent or in any way act in favor of the Alpina Group may authorize, offer or receive gifts, entertainment or hospitality provided that:

- Does not constitute, even apparently, an undue advantage or facilitation payment;
- There is no risk of interference with the independent commercial judgment or institutional values of the Alpina Group;



- Does not represent reputational damage to the Alpina Group;
- Is in accordance with the applicable legislation and the parameters set out in the institutional rules to which the individual who will receive it is subject;
- Has a clear and legal institutional purpose;
- Does not represent any consideration;
- Not in cash or equivalent, such as vouchers or gift certificates, whatever the value;
- Does not occur during hiring, contract renewals or other negotiations involving the Alpina Group; and
- Do not have unreasonable frequency.

If contributors or business partners who represent or in any way act in favor of the Alpina Group receive gifts, entertainment, hospitality or other benefits due to their relationship with the Alpina Group, they must notify the Integrity Committee within a maximum period of 48 hours.

Regardless of the frequency or value, gifts offered by or received from public agents or politically exposed people will be immediately reported to the Integrity Committee.

If there is a need to offer hospitality to business partners, the procedure must be authorized by the Integrity Committee .

Please note: It is prohibited, under any circumstances, to make or accept promises, request or demand gifts, entertainment, hospitality or other benefits, as this act may constitute the appearance of undue advantage, and it is only permitted to authorize, offer or receive them when they comply with the above parameters.

Important: The provisions of this topic apply to business partners when acting on behalf of the Alpina Group, overriding their own provisions on the subject.

3.4 Sponsorships, donations and other contributions

The Alpina Group can support and encourage external campaigns and projects that align with its institutional values, as long as the following parameters are observed:



- Compatibility with Alpina Group's internal standards;
- No conflict of interest, even if apparent;
- Non-linkage, direct or indirect, to undue advantage;
- Allocation to regular entities, after simplified verification of their integrity via searches in public information sources;
- Signing of an agreement, with the following topics: **(i)** object; **(ii)** destination; **(iii)** purpose; and **(iv)** duties of the parties, including the correct use of resources by the recipient entity ;
- If public or private entities benefit, prohibition of deposits into accounts of individuals or delivery in cash; and
- Prohibition of payment into third-party accounts or through *offshore accounts* , when the beneficiary entity headquartered or has representation in Brazil.

In the case of sponsorships, donations and large contributions, a contract must be signed containing the same topics as the agreement presented above, with the addition of specific clauses: **(i)** anti-corruption; and **(ii)** anti-money laundering.

The provisions of this topic apply to business partners when acting on behalf of the Alpina Group.

Please note: The Alpina Group is not linked to any politician or political party organization and does not make any donations, financing or contributions to candidates, people close to candidates, campaign committees, political parties or similar parties, directly or indirectly.

Contributors who exercise their right to make donations, financing or contributions to candidates, campaign committees, political parties or similar parties are hereby warned that, under no circumstances, they may bind, directly or indirectly, the Alpina Group, its partners or managers to these activities.

Important: To encourage political diversity, the Alpina Group, in a non-partisan way and without any compensation, authorizes candidates for elected positions to present, if they wish, their electoral proposals to the Alpina Group's employees on the company's premises.



Any form of suggestion or coercion, direct or indirect, from contributors to adopt a certain political position is prohibited.

Any contributor of the Alpina Group, regardless of their position cannot express his or her political preferences on behalf of the Alpina Group, including through the acceptance or use of campaign materials or image records that link, directly or indirectly, the Alpina Group to party political positions.

3.5 Interaction with public agents

As interaction with public agents can attract risks, especially corruption, contributors and business partners who act on behalf of the Alpina Group are bound by the following protocols in meetings and other contacts with public agents and politically exposed people:

- Observe the legislation and integrity policies of the Alpina Group;
- Do not make promises, mediate, authorize, offer, directly or indirectly, gifts, entertainment, hospitality, other benefits, undue advantage or facilitation payments;
- Do not harm or hinder inspections or investigations by public bodies, entities or agents;
- Establish formal, transparent and objective communication, avoiding any type of negative interpretation;
- If the interaction is carried out via email, always use the corporate email account;
- Avoid interactions through informal means, such as *whatsapp* , telegram, sms and similar;
- Do not participate in unofficial meetings, outside business hours or suspicious appearances, such as meetings in restaurants, parks or at night;
- Avoid holding meetings or other interactions when there is only one Alpina Group contributor present, and it is preferable that at least two contributors participate in the event;
- Whenever possible, schedule face-to-face meetings in advance and formally, via official channels, with prior knowledge of the topics that will be covered;



- Record meetings in minutes containing: **(i)** date; **(ii)** location; **(iii)** start and end times; **(iv)** name of participants; **(v)** summary of themes; **(vi)** measures to be taken and by whom; **(vii)** other relevant information; and, **(viii)** the signature of the participants or, if applicable, the record of any refusal to sign the document.
- If you experience any form of pressure or any undue advantage is requested or demanded, immediately end the interaction and inform the integrity committee or communicate the incident via the Alpina Group ombudsman.

Please note: When obtaining licenses, authorizations or other types of regularization from Public Administration bodies, by contributors or business partners of the Alpina Group, the protocols for interaction with public agents, presented above, must be followed, and facilitation payments are prohibited, or offering an undue advantage to assist or expedite the obtaining of any such public acts of release. Payments of “urgency fees”, if provided for in legislation, are not to be confused with facilitation payments and can be made.

Important : Whenever possible, there will be a rotation of contributors who interact with public agents, including in negotiations with the Public Administration.

In inspections, investigations or other official checks carried out by public agents, the following procedures will be observed:

- Immediately notify your manager, so that he or she can inform the Integrity Committee and the Alpina Group lawyers, sending a photo of the documents presented by public agents;
- While waiting for the manager to take action, direct the public agents to a reserved room, respectfully asking them to wait for the arrival of the representative who will monitor the event;
- Not granting access until a representative of the Alpina Group is present to receive the public agents;
- Not prevent, hinder or intervene in the actions of public agents, such as hiding or destroying documents and equipment, deleting emails and being rude;



- Not receive any document or subpoena without the presence of a representative of the Alpina Group;
- If an undue advantage or facilitation payment is demanded or requested, cease contact and immediately notify the Integrity Committee.

3.6 Hiring a former public agent

If a former public agent is hired to work at the Alpina Group, the following parameters will be observed:

- Selection based on technical and objective criteria;
- Verification of the obligation to comply with a period of absence from the sector in which he/she worked when holding the public position or function (quarantine);
- Sending a notification to the body to which the public agent belonged, if within a period of 5 years (five) since his/her dismissal, informing about the hiring;
- Inclusion of anti-corruption *compliance clauses* in the employment contract; and
- Non-designation to act or represent the interests of the Alpina Group before the public administration body in which he or she carried out his/her functions in the last 5 (five) years.

3.7 Negotiations with the Public Administration

When participating in tenders or entering into contracts with the Public Administration, contributors and business partners who act on behalf of the Alpina Group have the duty to act honestly, in compliance with legislation and in accordance with the Alpina Group's integrity policies, including complying with the protocol for interaction with public agents, set out above.

In this context, some examples of prohibited conduct are:

- Make promises, mediate, authorize, offer, directly or indirectly, undue advantage, facilitation payment or other benefit to obtain any type of favor in bidding and/or contracting;



- Frustrate or defraud bids or contracts with the public administration, such as disrupting or defrauding acts of the bidding process, participating in the preparation of notices, removing competitors from bidding by offering undue advantages or other fraudulent means, employing illegal artifices to make the execution of the contract more onerous for the public administration (overpricing or overbilling), among other similar conducts;
- Make agreements or combinations of any type with competitors, such as agreeing with a competitor on the values of proposals to be presented in bids (“blanket proposal”), making agreements to favor the Alpina Group or a competitor in a bid, among other similar conducts;
- Influencing public agents to favor the Alpina Group (“bidding direction”), such as requiring very specific technical-professional/operational qualification certificates in bidding notices with the sole purpose of benefiting the Alpina Group and which are not necessary under the terms of the legislation, among other similar conduct; and
- Exchange privileged information with public agents or competitors.

Please note: if you become aware that the Alpina Group is providing services to the Public Administration without a contract or with a different purpose than the contract, immediately report it to the Integrity Committee.

Important: the Alpina Group will, when possible, promote the rotation of contributors who validate documents presented for participation in tenders.

3.7 Interaction with business partners

When interacting with business partners, Alpina Group contributors will promote cordial, honest, egalitarian treatment, free from favoritism and in compliance with the principles of free competition and integrity standards contained in legislation, this Code and other policies of the Alpina Group.

It is prohibited to demand, request, accept, receive, offer, promise, deliver or pay, directly or indirectly, any benefit, including gifts, hospitality and entertainment, or



undue advantage, with the purpose of interfering with one's own or third party's professional duties.

When interacting with business partners, the provisions on conflict of interests and commitments set out in this Code must be observed, where applicable.

Examples of acts of private corruption, and consequently prohibited conduct, in the context of interaction with business partners are:

- Accepting a gift from a business partner's contributor to facilitate or interfere in the decision on hiring the partner by the Alpina Group, to the detriment of other competitors;
- Charge unofficial commissions from a business partner to facilitate or interfere in the decision to renew their contract with the Alpina Group;
- Receive payment to pass on privileged information from the Alpina Group;
- Offer hospitality and entertainment to a business partner to grant advantageous conditions (discounts, extra raw materials) to the Alpina Group.

Please note: Within the scope of their duties, Alpina Group contributors must ensure that contracts with business partners, especially those that interact with public agents, as in the case of support for obtaining licenses, authorizations, permits, certificates and similar, are always executed with an anti-corruption clause. In the specific case of suppliers who do not interact with public agents, responsible contributors have the duty to instruct all service orders with Annex 1 (Anti-corruption principles to be observed by business partners) and, in the case of continued supply, at least the first service order must be accompanied by the aforementioned Annex 1.

Important: If you verify or suspect that any contributor or business partner of the Alpina Group is acting in violation of the legislation or institutional policies of the Alpina Group, including to obtain any type of undue advantage, immediately notify the Integrity Committee or access the Ombudsman of the Alpina Group, so that this situation can be properly investigated.

3.8 Interaction with customers



Alpina Group contributors will provide customers with cordial, professional and honest treatment, in compliance with the integrity standards contained in legislation, this Code and other Alpina Group policies.

When interacting with customers, Alpina Group sales representatives:

- will previously undergo specific training on preventing and confronting private corruption;
- Must act ethically and transparently in negotiations; and
- will preferably promote interactions with customers together with another Alpina Group contributor.

The following are prohibited conducts when commercial representatives interact with customers:

Demand, request, accept, receive, offer, promise, deliver or pay, directly or indirectly, undue advantage, including unofficial commissions (“kickbacks”), with the purpose of interfering with one’s own or third party’s professional duties.

- Deliberately increase the value of products and/or services (overpricing) to obtain higher values as an official commission;
- Arrange to receive amounts from customers, in exchange for granting them unauthorized discounts on the prices of products and/or services;
- Make agreements with competitors on the division or value of products to be offered to customers;
- Falsify any type of document to sell Alpina Group products and services unofficially; and
- Offer, even if unofficially, products and services from competing companies.

3.9 Interaction with competitors

When it is necessary to have some type of interaction with competing companies, Alpina Group contributors must adopt special caution, so that there is no type of violation of Brazilian competition legislation.



Brazilian legislation gives the Administrative Council for Economic Defense (“CADE”) powers to punish companies and individuals for infractions of the economic order, which may include:

- Agree, combine, manipulate or adjust with a competitor: the prices of goods or services offered individually; the production or sale of a restricted or limited quantity of goods or the provision of a restricted or limited number, volume or frequency of services; the division of parts or segments of a current or potential market for goods or services, through the distribution of customers, suppliers, regions or periods; and prices, conditions, advantages or abstention from public bidding, among others;
- Promote, obtain or influence the adoption of uniform or concerted commercial conduct among competitors;
- Limit or prevent new companies from accessing the market;
- Create difficulties in the establishment, operation or development of a competing company;
- Prevent competitor access to sources of input, raw materials, equipment or technology, as well as distribution channels;
- Use misleading means to cause third party prices to fluctuate.

In any contacts with competing companies that are necessary, the discussion of matters that may be considered competitively sensitive, that is, related to the companies' strategy or that may alter the competitive dynamics of the market, should be avoided. Below we present a non-exhaustive list of topics that should not be discussed in possible meetings with competitors, under the risk of characterizing the contact as a potential violation of the economic order:

- Prices or commercial conditions practiced by the Alpina Group;
- Costs of its operations;
- Contributor remuneration;
- Commercial strategy;
- Non-public information about development trademarks and patents;
- Main customers and discounts applied;



- Main suppliers and commercial conditions;
- Future acquisition plans.

Extra care must be taken in interactions with competitors in associations/unions, in which the Alpina Group eventually participates, since interactions with competitors will probably occur in these environments. In these situations, it is recommended to prepare, or ask the association/union to prepare a minutes with the topics that will be the subject of discussion, and in case of mention of a topic that could be characterized as competitively sensitive information, contact the Integrity Committee, to verify possible measures to be adopted.

Alpina Group contributors, as a rule, should not provide group data to associations/unions. If it becomes necessary to share information, the contributor must first contact the Integrity Committee and explain the reason why it is necessary to share information with said trade association.

If the understanding is that the information must be shared, it must be checked whether the following precautions are being taken when collecting the data:

- Ensure that data collection is being carried out by third parties, with no connection to any of the associated companies, such as a consultancy hired specifically for this purpose;
- The existence of safeguards to prevent information leakage, such as limiting the number of individuals who will have access to shared data and storing it in places where access is restricted to individuals with no connection to the companies; and
- If the data is disclosed to third parties, it must only be shared in an aggregated form, so that it is not possible to identify the data of each of the companies involved in the research.

Finally, it is important that if there is any type of attempt to contact competitors with contributors of the Alpina Group, involving the potential exchange of competitively sensitive information, or mention/suggestion of acts that could be characterized as a violation of the economic order, the contributor contacted must report the situation



immediately to the Alpina Group lawyers to assess the situation and adopt the appropriate measures.

3.10 Preventing and combating internal fraud

The Alpina Group does not tolerate the deviation of values, the forgery of documents, manipulation of information or the promotion of any other type of fraud in records, systems and internal controls of the Alpina Group or the subtraction or misappropriation of its assets or those of its customers and business partners.

To prevent internal fraud, the Alpina Group:

- Grants its contributors access to internal systems exclusively through user registration and individual, non-transferable passwords;
- Establishes internal approval levels, with the designation of different people to process, verify and approve processes, especially those related to contracts and payments; and
- Periodically improves its technology and information security systems.

The assets, liabilities, income, expenses and transactions of the Alpina Group must be truthful, complete and accurate, as well as recorded in accordance with applicable legislation and accounting standards and principles.

Please note: for security reasons, payment of invoices sent via external emails to Alpina Group business contacts should be avoided.

In these cases, the payment beneficiary must be contacted directly, through official channels, so that the payment beneficiary can preferably provide the necessary data to carry out the bank transfer. Likewise, be wary of messages supposedly sent by business partners offering significant discounts when paying amounts or requesting changes to the previously agreed payment method.

3.11 Preventing and combating money laundering

The Alpina Group condemns practices that aim to hide, disguise, move or use assets or values derived from crimes or that are intended, in any way, to finance, fund, sponsor or subsidize illicit acts in general, in particular money laundering, financing of terrorism and the proliferation of weapons.



To prevent these practices, Alpina Group reserves the right to refuse payments:

- In cash;
- Through *offshore accounts* when the client is headquartered or has representation in Brazil;
- With the use of resources that have illegal origin; and
- To third parties outside the business.

Please note: in case of doubts about the legality of the amounts used for payment purposes to the Alpina Group or any other suspicious activity, it is the contributor's duty to immediately notify the Integrity Committee.

Glossary

Public Administration: entities of the Federation, public bodies or legal entities, national or foreign, that provide public services, even indirectly, such as: Union, States, Municipalities, companies or public foundations, regulatory agencies, organizations financed with public resources, mixed economy companies, bodies of the legislative and judiciary, international departments or agencies, among others.

Examples of Public Administration entities and bodies			
Federal	State	Municipal	Mixed economy company
<ul style="list-style-type: none"> - Brazilian Institute of the Environment and Renewable Natural Resources (IBAMA); - Federal Revenue; - Federal Police; - National Health Surveillance Agency (ANVISA) 	<ul style="list-style-type: none"> - Civil Police of the State of São Paulo; - Finance Secretariat; - Environmental Company of the State of São Paulo (CETESB); - Fire Department. 	<ul style="list-style-type: none"> - City Hall of São Bernardo do Campo/SP; - Health Surveillance of the City of São Bernardo do Campo/SP. 	<ul style="list-style-type: none"> - Petrobras; - Banco do Brasil .



Public Agent: Person who exercises, even temporarily or without remuneration, by election, appointment, designation, hiring or any other form of relationship, mandate, position, employment or function in public administration.

Agent Examples Audiences			
Federal	State	Municipal	Mixed economy company
<ul style="list-style-type: none"> - IBAMA agent and technician; - Federal Police investigator or delegate; - Federal Revenue Auditor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Investigator or Civil Police delegate; - Lieutenants, Warrant Officers, Majors of the Military Police; - Agent of the Environmental Company of the State of São Paulo 	<ul style="list-style-type: none"> - Health surveillance inspector. 	<ul style="list-style-type: none"> - Petrobras contributors - Banco do Brasil contributors

Moral harassment: Exposing another person to humiliating and embarrassing situations in a repetitive and prolonged manner, damaging the work environment.

Examples of situations that constitute moral harassment
Threatening or intimidating a person who is led for any reason
Persecuting a co-worker to achieve your self-esteem,
Create and circulate memes with image of contributors

Cursing or putting negative nicknames (<i>bullying</i>) on co-workers
Humiliate or embarrass with disqualifying gestures or words
Yelling or using an excessive tone of voice when warning contributors that are his or her led

Sexual harassment: act of embarrassing someone in the workplace, exploiting his or her leadership position or influence, in order to obtain sexual favor.

Examples of situations that constitute sexual harassment
Blackmail or intimidate a contributor that is his or her led into accepting sexual advances so as not to be harmed at work or to be promoted
Touching, caressing or any physical contact with another person without permission
Conducting or participating in inappropriate conversations about physical appearance, dress, or sex
Making gestures and suggestions of a sexual nature, such as whistles and malicious winks
Taking and sharing non-consensual photos of contributors
Asking for sexual favors in exchange for not showing pornographic material that the person has accessed involving another person

Benefits: Gifts, hospitality or similar, which may or may not be priced.

Gifts: Souvenirs or institutional materials offered as a courtesy, customary publicity or at events or commemorative dates, such as diaries, caps, folders, notebooks, mugs, calendars, keychains, *pen drives* and pens.



Contributors: Person who provides services to the Alpina Group, through employment, contractual or any other type of relationship, regardless of the position he or she occupies.

Conflict of interests: Situation in which personal interests have the potential to interfere in the judgment of the person in conflict or in the failure to fulfill their professional responsibilities, which may result in an undue benefit or advantage for themselves or a third party.

Examples of situations that constitute a conflict of interest
Employment relationship with another company or organization;
Hiring or influencing the hiring process of relatives;
Hiring/purchasing or influencing the process of hiring/purchasing goods and services from companies owned or with which they maintain or have maintained a relationship;
Use of privileged information, obtained due to the position or function held within the Alpina Group, for personal benefit;
Direct or indirect participation in suppliers, customers, service providers and competitors of the Alpina Group;
Relatives who have decision-making power in competing companies or who have a commercial relationship with the Alpina Group.

Corruption: Act of promising, offering, authorizing or giving, directly or indirectly, undue advantage or payment of facilitation to a public agent, candidate for public office, to a legal entity in the private sector or to their representative or collaborator, including political parties, to a natural person service provider, class or group representative, or



third party indicated by them. Likewise, it constitutes corruption to accept promises, request or receive undue advantages that may result in the Alpina Group, you or a third party, any illegal benefit arising from an act or omission related to your professional responsibilities.

Examples of acts of corruption
Promising any valuable asset, undue advantage or payment of facilitation to a public agent in return for some act within his or her power, such as, for example, obtaining or renewing a license;
Authorize payment to a health surveillance agent to cancel a specific assessment;
Make electoral donations to politicians so that they approve or fail to approve a bill of law;
Promising an advantage to a public agent so that he can direct the outcome of a bidding process;
Offer a percentage of the value of a potential contract with the Public Administration so that the competitor withdraws from the bid;
Giving gifts to a public official to change or extend a public contract or express a favorable opinion to do so.

Offshore accounts : Bank accounts located outside the country of residence (individual) or headquarters (legal entity) of their owner.

Due diligence : Is an expression commonly used in the market to refer to a detailed verification of something, such as a business partner. It consists of multisectoral and reputational analysis , among others, in order to verify facts that may influence the hiring of the business partner.



Entertainment: leisure activities or events, such as sporting events, shows, parties, plays, technical and business conferences not directly related to the activities of the Alpina Group.

Fraud: Irregular acts aimed at obtaining undue advantages for oneself or third parties, such as falsifying documents, imitating another person's signature, accessing computer systems via another person's or other unauthorized person's registration, embezzlement of values, etc.

Alpina Group: Companies that make up the Alpina Group, namely: Alpina Equipamentos Industriais Ltda., Alpina SA Indústria e Comércio, Alpina Equipamentos Industriais, Serviços e Montagens Ltda., Alpina Orion Tecnologia Açucareira SA and Alpina Termoplásticos Ltda.

Hospitality: Expenses for travel, meals, accommodation, courses, seminars, conferences or events in general, unrelated to Alpina Group activities.

Confidential or privileged information: Information about strategic internal matters involving the Alpina Group and which must not be disclosed to third parties or which is confidential before Public Administration bodies.

Money laundering: Act that aims to give a legitimate appearance to assets, rights or values arising from illegal activities, through operations of concealment and dissimulation of the illicit origin of these assets and their use. Participation in a group, association or entity that practices money laundering is also considered money laundering.

Facilitation payment: Payments of small amounts or granting of another benefit of lesser importance, to obtain facilities in routine acts, such as obtaining licenses, permits and other documents and services more quickly.

Business partners: External people who support the Alpina Group's activities, such as suppliers, commercial representatives, consortium companies, brokers, lawyers, agents, consultants, accountants, intermediaries and lobbyists or other people who have a professional relationship with the Alpina Group.



2nd degree relatives: 2nd degree relatives are grandparents, brothers, sisters, granddaughters and grandsons.

Politically exposed person (PEP): Person who holds or has held relevant public positions, jobs or functions, in Brazil or abroad, in the last five years. For the purposes of this Code, this category includes relatives, close friends, former contributors, partners and other individuals who had or still have some connection, direct or indirect, with PEP.

Examples of politically exposed people
President of the Republic, Governors and Mayors;
Senators, state and federal deputies and councilors;
President and high-ranking employees of public companies or mixed-capital companies;
Directors, superintendents and high-ranking employees of Public Administration entities and bodies;
Ministers of State.

Gifts: Items of commercial value that do not constitute free gifts.

Undue advantage: Any illegal favoritism of any value and modality (e.g. money, gifts, hospitality, entertainment, work opportunity or other benefit), even if indirect, to influence public agents, candidates for public office, or legal entity governed by private law or its representative to : **(i)** practice or fail to perform their duties; **(ii)** instigate a person to influence them to practice or omit their duties; or **(iii)** commit illegalities.

Examples of undue advantage
Offer or give positions or jobs to public agents or individuals related to them in exchange for advantages in business with the public administration;
Offer tickets and invitations to events to public officials and candidates for public office;
Pay for meals for public officials.

Annex 1 – Anti-corruption principles to be observed by business partners



In compliance with best market practices, the Alpina Group recommends that its business partners observe the values, ethical norms and standards of conduct contained in this Code of Ethics and Conduct, especially when acting on behalf of the Alpina Group. To this end, they are expected to act in accordance with the following principles:

- **Prevention of corruption:** Seek to implement mechanisms to prevent and combat any and all forms of illegality, especially public and private corruption, publicizing and guiding employees to comply with the provisions of this Code of Ethics and Conduct.
- **Relationship with the Public Administration:** All interactions with the Public Administration on behalf of the Alpina Group must be formalized and guided by ethical, honest and transparent action, refraining from any conduct that involves violating the provisions of this Code of Ethics and Conduct or the applicable legislation. In the context of representing the Alpina Group, under no circumstances is it permitted for business partners to commit acts of corruption, accept or offer undue advantages or pay facilitation fees to public agents or politically exposed people.

Please note: All business partners are expected to inform the Alpina Group Integrity Committee about any links they have with the Public Administration or politically exposed people.

- **Free gifts, gifts, donations, sponsorships, entertainment, hospitality and other benefits:** Alpina Group business partners are prohibited from giving or receiving, directly or indirectly, free gifts, gifts, donations, sponsorships, entertainment, hospitality and benefits of any nature in return for undue advantage on behalf of the Alpina Group, especially when the situation involves a relationship with the Public Administration.
- **Transparency and veracity:** Alpina Group's business partners must act transparently in all situations, not distort information and only provide truthful information to the Alpina Group.
- **Reporting irregularities:** Business partners are expected to immediately contact the Alpina Group Integrity Committee or the Ombudsman whenever they become aware of or experience situations that may constitute a violation of the



standards of conduct contained in this Code of Ethics and Conduct or anti-corruption legislation .

- **Collaborative attitude:** Seek to cooperate and assist in audits or internal investigations that may be conducted by the Alpina Group or third parties designated by it to investigate potential violations of the provisions of this Code of Ethics and Conduct and anti-corruption legislation.

Annex 2 – Anti-Corruption Clause

1. In this act, the CONTRACTED PARTY declares that it observes all legislation applicable to its activities, including those specifically related to this contract, and that it has not violated or is violating, directly or indirectly, Decree-Law No. 2,848/1940 (Penal Code), Law No. 8,429/1992 (Administrative Improbity Law), Law No. 9,613/1998 (Money Laundering Law), Law No. 12,529/2011 (Competition Law), Law No. 12,813/2013 (Conflict of Interest Law in the Federal Public Administration) , Law No. 12,846/2013 (Anti-Corruption Law), Law No. 13,303/2016 (State-Owned Companies Law), Law No. 14,133/2021 (Tenders Law) and Decree No. 11,129/2022 (Regulates the Anti-Corruption Law) , as well as any other national or international anti-corruption legislation, including the Foreign Corrupt Practices act (FCPA) and the UK Anti-Bribery Act .
 - a. The CONTRACTED PARTY declares that all its contributors or employees are in compliance with the legislation applicable to the activities related to this contract and guarantees that there are no administrative or judicial proceedings, formal accusations or official investigation by a competent government authority against it or its contributors regarding violations of the laws mentioned in item 1.
 - b. The CONTRACTED PARTY undertakes to immediately inform the CONTRACTING PARTY if it becomes aware of the existence of any administrative or judicial proceeding, formal accusation or official investigation by a competent government authority, against it or its contributors or employees, for any violation of the laws listed in item 1 , and to provide the necessary and sufficient information and documentation to clarify the facts.
2. The CONTRACTED PARTY declares that it is aware of the CONTRACTING PARTY's integrity policies, which form part of this contract as an Annex, and undertakes



to observe and fully comply with its provisions throughout the term of the contract, as well as to disclose said policy to its collaborators or employees and require them to comply, especially in the case of those who carry out activities directly or indirectly related to the CONTRACTING PARTY.

3. The CONTRACTED PARTY recognizes and accepts from now on that the CONTRACTING PARTY is entitled, at any time, to carry out its own audit, or through an independent and specialized company, in this contract, and may terminate or suspend it if any irregularity is found, such as non-compliance with the laws contained in the item 1, inconsistencies in *Due forms Diligence* , non-compliance with the CONTRACTING PARTY's integrity policies and anti-corruption provisions.
 - a. The CONTRACTED PARTY undertakes, from now on, to cooperate with any audit that may be carried out, providing all information requested, including accounting books and records, invoices and contracts with third parties that may be subcontracted.

4. The CONTRACTED PARTY guarantees that it and its contributors or employees will not take advantage of a public, party function, involvement with a politically exposed person, or relationship of any nature, including personal, business or association, with any public agent, legal entity under private law or its representative, including political parties, individuals providing services, clients, class or group representatives, or third parties indicated by them, to unduly influence the performance of acts in favor of the CONTRACTING PARTY.

5. The CONTRACTED PARTY guarantees that it will not represent the CONTRACTING PARTY or have any type of communication, interaction or interlocution with public bodies or professionals representing the direct or indirect public administration, or with a politically exposed person, unless there is specific written guidance from the CONTRACTING PARTY or if there is undoubtedly the execution of the object of the contract.
 - a. If the CONTRACTED PARTY has any type of communication, interaction or interlocution with public bodies or professionals representing the direct or indirect public administration, politically exposed person, private legal entity or its representative, including political parties, individual service providers, clients, class or group representative, or third party indicated



by them, the CONTRACTED PARTY undertakes not to offer, promise, authorize, request, receive or accept any undue advantage, facilitation payment or benefits of any nature, including free gifts, gifts, hospitality, entertainment, donations or sponsorships .

- b. If any type of advantage or benefit is promised , requested or demanded from the CONTRACTED PARTY, including gifts, hospitality, entertainment, donations or sponsorships, the CONTRACTED PARTY undertakes to immediately inform the CONTRACTING PARTY.

6. The CONTRACTED PARTY is aware, from now on, that non-compliance with these anti-corruption provisions may result in the immediate unilateral termination of the contract, regardless of any formality, with the CONTRACTING PARTY being exempt from paying any amount by way of fine, compensation for direct and indirect losses and damages. possibly incurred or other contractual penalties.
 - a. If the CONTRACTING PARTY becomes aware of relevant facts or indications that violations of integrity provisions by the CONTRACTED PARTY and/or any of its contributors have occurred, or are about to occur, the CONTRACTING PARTY may determine, at its sole discretion, the immediate suspension of payments to the CONTRACTED PARTY and the execution of the object of the contract, as well as the immediate replacement of the contributors involved.

7. The CONTRACTED PARTY will indemnify, defend and exempt the CONTRACTING PARTY from claims, losses or damages, direct or indirect, of any nature, including material and reputational, related to or resulting from the violation of these anti-corruption provisions, such as those resulting from demands, administrative and judicial procedures and processes and investigations that concern the CONTRACTED PARTY and its contributors, without prejudice to the right of return guaranteed to the CONTRACTING PARTY.

Note: The business partner audit clause may be removed depending on the object of the relationship with the partner, and must always be used if there is direct or indirect representation of Alpina with the public administration.

Annex 3 – Report processing guide

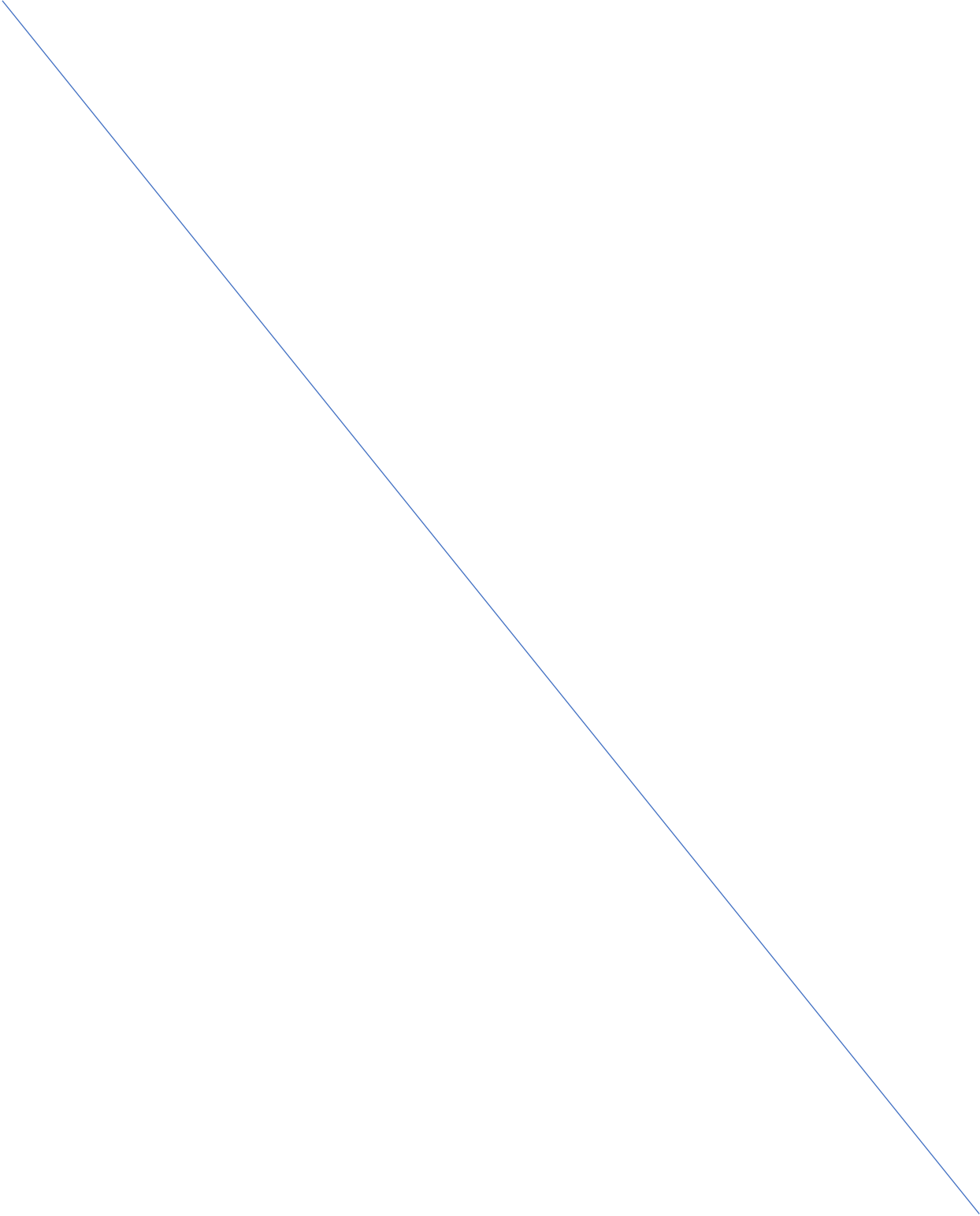


In order to guide the reception and processing of complaints sent to the Alpina Group Ombudsman, the following procedure has been established:

1. Complaints received by the Alpina Group Ombudsman will be **recorded and investigated impartially** to obtain **evidence** on whether or not irregularities have occurred.
2. Complaints registered with the Alpina Group Ombudsman's Office will be **forwarded to the Integrity Committee** , which may also receive them directly, being its responsibility to investigate them in accordance with the procedure in this Guide, maintain their **confidentiality** and ensure the **protection of the whistleblower** .
3. If any of the members of the **Integrity Committee** are directly or indirectly involved in the practice of the reported conduct, its contents must be forwarded directly to the other members not involved, who may use an Alpina Group **Director to follow up on the investigations** or hire an external professional for that purpose.
4. In a preliminary analysis, any complaint that is considered **untrue** or that expressly **does not constitute a violation of legislation or the Alpina Group's Integrity Policies will be immediately archived** , and the complainant who has identified himself or herself must be informed about this decision and its reasons.
5. If the complaint is considered reasonable, in a preliminary analysis, the **Investigation Procedure (PA)** will be formally initiated, for a period of up to 60 (sixty) days, extendable for an equal period, in a justified manner.
 - 5.1 The investigation will go through the following stages: **(i)** research into public information on key elements of the complaint; **(ii)** collection and analysis of evidence; **(iii)** conducting interviews with contributors and business partners of the Alpina Group or other parties involved; and **(iv)** request for written and/or oral information from the person being investigated.
 - 5.1.1 When collecting evidence, the **chain of custody will be observed** , with the purpose of tracking the possession and handling of evidence from its recognition to its disposal, in order to record the chronology of this procedure and its integrity.

- 5.1.2 The interviews will be conducted in order to ensure the dignity, privacy, intimacy, freedom and other **individual rights and guarantees of the interviewees**, including those being investigated;
- 5.1.3 To carry out interviews with former contributors or business partners, **formal notification** of the interviewee will be required, at least 3 (three) business days in advance of the event;
- 5.1.4 The interview for low-complexity infractions will preferably be **formalized via Term**, which must be signed by the interviewee, interviewers and, if present, by the interviewee's lawyer.
- 5.2 In cases involving more complex complaints, it will be possible to hire the services of auditing companies or law firms to **support the investigation**.
- 5.3 At the end of the investigation, a **report will be prepared** that will conclude that the complaint is well founded or definitively archived, recommending the application of disciplinary and remedial measures.
- 6. The **Final Report** will be submitted to the **Human Resources Department** , which will apply the appropriate disciplinary measures if the complaint is considered valid, without prejudice to consulting Alpina Group lawyers in complex cases and/or involving illegal conduct, so that additional measures can be evaluated.
- 7. Until the Investigation Procedure is completed and the complaint is considered valid, no person can be considered accountable. However, if there is minimal evidence that the contributor or business partner contributed to the occurrence of irregularity, it is possible to adopt **provisional measures** against those investigated, such as temporary removal from the position or function they perform in the Alpina Group, or suspension of the contract, without prejudice to remuneration.
- 8. If it is found that the complainant intentionally presented false information and evidence, an Investigation Procedure will be initiated against him or her and, if his/her **bad faith is confirmed**, he or she will be subject to the appropriate disciplinary and legal measures.

9. The period for **storing** complaints received and the entirety of the procedures resulting from them is 5 (five) years.





Código de Ética y Conducta - Grupo Alpina

El Grupo Alpina está comprometido con altos estándares éticos y integridad en la realización de sus negocios. A este respecto, el Código de Ética y Conducta refleja los principios y valores fundamentales del Grupo Alpina y determina los estándares de conducta que deben observar todos los colaboradores, independientemente de su nivel jerárquico, además de socios comerciales en actividades que involucren directa o indirectamente al Grupo Alpina.

Misión, visión y valores

Misión: ser el líder de mercado, en el campo de su actuación, en temas de atención, producto y servicios de valores desde 1940, ofreciendo soluciones que atiendan a las necesidades de los clientes.

Visión: Ser un proveedor calificado de productos confiables, eficientes y duraderos, utilizando tecnologías de punta y sostenibles, ofreciendo un costo comparativo superior. Así mereciendo el respeto y la preferencia de sus clientes.

Valores: Proporcionar a sus clientes productos y servicios que presentan esmerada calidad y operación eficiente con baja necesidad de mantenimiento, garantizando un notable costo-beneficio. Asegurando así la satisfacción de sus clientes en la atención a los contratos y especificaciones técnicas.

Mensaje del Directorio

Oidoría

- 1. Preguntas:** Leer y comprender el Código de Ética y Conducta es deber de todos. En caso de duda, contacte al Comité de Integridad: comite.integridade@alpina.com.br o la Oidoría del Grupo Alpina, a través del sitio web www.alpinaequipamentos.com.br.

La Alta Dirección refuerza su compromiso con altos estándares de integridad, incluida la responsabilidad interna de quienes participan en cualquier irregularidad.

- 2. Denuncias:** El Grupo Alpina anima a sus colaboradores, socios comerciales o personas externas a denunciar cualquier violación de la legislación aplicable, las disposiciones de este Código de Ética y Conducta y otras normas internas del Grupo Alpina. Para recibir dichas comunicaciones, Grupo Alpina cuenta con una Oidoría que permite realizar denuncias internas y externas, además de velar por:
- El anonimato del denunciante;
 - La confidencialidad del contenido de la denuncia;
 - Imparcialidad en la investigación de denuncias; y,
 - Protección de los denunciantes de buena fe contra represalias.

Para denunciar cualquier infracción, comuníquese directamente con el Comité de Integridad - comite.integridade@alpina.com.br - o con la Oidoría del Grupo Alpina, a través del sitio web - www.alpinaequipamentos.com.br.

Sanciones Aplicables

Las infracciones al dispuesto en este Código de Ética y Conducta, otras normas internas del Grupo Alpina o la legislación aplicable, sin perjuicio de la adopción de las medidas legales aplicables, previa debida investigación, podrán someter a los responsables a las siguientes sanciones: **(i)** advertencias escritas; **(ii)** suspensión temporal; **(iii)** despido de colaboradores; **(iv)** rescisión del contrato con el socio comercial; o, **(v)** bloqueo del socio comercial para nuevos contratos con el Grupo Alpina.

Al aplicar las sanciones descritas anteriormente se tendrá en cuenta la naturaleza, gravedad y frecuencia de la infracción cometida.

Principios de conducta

1. Compromisos de la empresa

El Grupo Alpina valora los más altos estándares de integridad en sus actividades y se compromete a desarrollarlas de acuerdo con los siguientes principios:

- **Acción ética:** Realiza sus actividades con base en una acción ética, honesta, transparente y de acuerdo con los más altos estándares de conducta empresarial.
- **Compromiso con la dignidad humana:** No se tolerarán negocios o contrataciones que utilice trabajo infantil, en condiciones similares a la esclavitud o que viole los estándares nacionales e internacionales de Derechos Humanos. No se tolerará ningún acoso moral o sexual, discriminación por edad, raza, religión o género, y otras formas de violencia física y psicológica por parte de sus colaboradores y socios comerciales.
- **Responsabilidad hacia los clientes y consumidores:** Velar por la calidad y seguridad de todos sus productos, empleando tecnología avanzada y utilizando todos los recursos disponibles.
- **Responsabilidad anticorrupción:** Asegurar la implementación de los siguientes mecanismos para combatir todas y cada una de las formas de corrupción:
 - **Entrenamientos:** Ofrecer entrenamientos a la hora de contratar nuevos colaboradores además del reciclaje periódico. Periódicamente se ofrecerá a los representantes comerciales del Grupo Alpina entrenamientos específicos sobre prevención y lucha contra la corrupción.
 - **Debida diligencia:** Seleccionar socios comerciales después de evaluar sus condiciones, en particular: (i) reputación en el mercado; (ii) idoneidad; (iii) conexiones con PEP (*personas expuestas políticamente*); (iv) relaciones con la Administración Pública; (v) conflicto de intereses; y, (vi) participación en procedimientos administrativos y judiciales o en acusación formal o investigación oficial por cualquier acto ilícito.
 - **Due Diligence para socios comerciales de bajo riesgo:** Los socios comerciales de bajo riesgo serán seleccionados después de evaluar los siguientes aspectos: (i) investigación de fuentes públicas en Internet para identificar puntos de

atención, en particular su vínculo con cualquier acto ilegal; y,
(ii) investigación sobre organismos de protección del crédito.

Quédese Atento: Si se identifica algún punto de preocupación, la contratación del proveedor estará sujeta a la autorización previa del Comité de Integridad del Grupo Alpina.

▪ **Due diligence para socios comerciales de riesgo medio y alto:**

Se consideran socios comerciales de riesgo medio y alto los consorcios que revenden productos o servicios del Grupo Alpina a entidades públicas, representantes comerciales, así como aquellos que representan los intereses del Grupo Alpina ante la Administración Pública. La contratación de socios comerciales de medio y alto riesgo, además de los mismos procedimientos adoptados para los socios comerciales de bajo riesgo, está sujeta a la realización de *debida diligencia periódica de integridad* por parte de un sistema o empresa especializada e independiente, así como la aprobación previa por parte del Comité de Integridad del Grupo Alpina.

- **Cláusula anticorrupción:** Adopte una cláusula anticorrupción en sus contratos (Anexo 2).

- **Relación con socios comerciales:** El Grupo Alpina se compromete a tratar a sus socios comerciales de manera ética, justa y transparente. La selección de socios comerciales se realizará de manera imparcial, de acuerdo con criterios técnicos, comerciales y de integridad que representen el mejor costo-beneficio para el Grupo Alpina.
- **Confiabledad de los registros contables:** Todos los registros contables del Grupo Alpina deben ser verídicos, completos y precisos, registrados de acuerdo con la legislación y los principios y normas contables aplicables y mantenidos durante un período mínimo de 5 años.



- **Protección contra represalias:** Toda persona que de buena fe denuncie violaciones a la legislación aplicable, a las disposiciones de este Código de Ética y Conducta y otras normas internas del Grupo Alpina estará protegida contra represalias derivadas de lo informado.

2. Compromisos generales

2.1. Colaboradores

Todos los colaboradores Grupo Alpina, independientemente del cargo o función que desempeñen, dentro y fuera de su lugar de trabajo, se comprometen a mantener la buena imagen del Grupo Alpina y a desarrollar sus actividades con pleno cumplimiento de lo dispuesto en este Código de Ética y Conducta y cumplimiento de la legislación brasileña, de acuerdo con las siguientes directrices:

- **Conservación de activos:** Todos los recursos, equipos, bienes e instalaciones del Grupo Alpina están destinados exclusivamente a actividades profesionales, por lo que deben ser conservados y utilizados correctamente.
- **Confidencialidad:** No revelar ni comentar con otras personas cualquier información obtenida como resultado de sus actividades profesionales relacionadas con el Grupo Alpina.
- **Interacción con los medios de comunicación:** La relación entre los colaboradores del Grupo Alpina y los medios de comunicación debe estar guiada por la ética y la transparencia. Cualquier declaración y manifestación en nombre del Grupo Alpina sólo podrá realizarse con autorización previa. Si eres contactado por algún medio de prensa (periódicos, revistas, cadenas de televisión, internet, bloggers, influencers, etc.) contáctenos inmediatamente por correo electrónico a comite.integridade@alpina.com.br o la Oidoría del Grupo Alpina, a través del sitio web www.alpinaequipamentos.com.br.



2.2. Socios comerciales

El Grupo Alpina espera que todos sus socios comerciales actúen con ética, integridad, responsabilidad y transparencia y adopten los siguientes compromisos:

- No ofrecer ventajas indebidas o pagos de facilitación a agentes públicos, candidatos a cargos públicos, personas jurídicas del sector privado o sus representantes, incluidos partidos políticos, personas que presten servicios, representantes de clase o grupo, o terceros indicados por ellos como compensación por beneficios privados o para beneficiar directa o indirectamente al Grupo Alpina;
- No aceptar ventajas indebidas de una entidad jurídica del sector privado o de su representante;
- Implementar mecanismos para combatir todas y cada una de las formas de ilegalidad, especialmente la corrupción (pública y privada), fraude y lavado de dinero;
- Comunicar al Grupo Alpina cualquier irregularidad de la que tenga conocimiento, a través del sitio web corporativo, en la pestaña Oidoría (www.alpinaequipamentos.com.br) o (comite.integridade@alpina.com.br)

Asimismo, el socio comercial se compromete a cumplir con las disposiciones contenidas en la cláusula anticorrupción establecida en el contrato.

2.2. Representantes comerciales

El Grupo Alpina espera que todos sus representantes comerciales actúen con ética, integridad, responsabilidad y transparencia y adopten los siguientes compromisos:

- Participar en los entrenamientos específicos sobre prevención y lucha contra la corrupción ofrecida por el Grupo Alpina;
- Proporcionar cuentas precisas y claras al Grupo Alpina sobre todos los importes recibidos;



- Formalizar preferentemente por escrito todas las interacciones con los clientes y el Grupo Alpina a través de canales oficiales, como el correo electrónico corporativo;
- No exigir ni aceptar recibir cantidades como comisión no oficial;
- No sobrevalorar los productos para obtener cantidades más altas como comisión;
- No ofrecer ningún tipo de ventaja indebida.

3. Posicionamiento de la empresa

3.1 Intolerancia hacia el acoso y la discriminación

Todos los colaboradores y socios comerciales del Grupo Alpina se comprometen a no practicar ni fomentar actos de acoso moral, acoso sexual, discriminación de cualquier naturaleza u otras formas de violencia física o psicológica.

Ejemplos de conductas prohibidas que pueden dar lugar a la aplicación de sanciones disciplinarias o contractuales son: amenazas, intimidación, acoso, insultos, humillaciones, gritos, apodosos negativos, campañas difamatorias o chismes, gestos y sugerencias sexuales, contacto físico sin permiso, comentarios inapropiados sobre apariencia física, vestimenta o sexo, abucheos, solicitudes de favores sexuales, prejuicios, desprecios, indignidades, bromas e insultos basados en raza, color, etnia, origen, nacionalidad, sexo biológico, orientación sexual, identidad y expresión de género, religión, creencias, filosofía de vida, preferencia política, edad, apariencia física, posición social, estado civil, educación, discapacidad o cualquier otra característica personal.

3.2 Prevención y manejo de conflictos de intereses.

Los colaboradores y socios comerciales del Grupo Alpina se comprometen a no permitir que sus intereses personales interfieran en sus decisiones y responsabilidades profesionales, principalmente porque pueden entrar en conflicto con los valores e intereses del Grupo Alpina. En situaciones que puedan constituir un conflicto de intereses, deberán abstenerse de influir o tomar decisiones.



Las siguientes son situaciones que pueden constituir un conflicto de intereses para los efectos de este Código:

- Tener una participación societaria o accionaria igual o superior al 20% en empresas que compitan o hagan negocios con el Grupo Alpina;
- Ser cónyuge, pareja, hijastro o tener vínculo de hasta 2º grado o amistad estrecha con agentes públicos o personas políticamente expuestas destinados en un sector encargado de realizar licitaciones/contrataciones o de recomendar o tomar decisiones sobre estos temas en los negocios que el Grupo Alpina se implica ;
- Ser cónyuge, pareja, hijastro o tener relación de hasta 2º grado o amistad estrecha con personas en puestos de liderazgo en empresas clientes o socios comerciales, que participen en la contratación o toma de decisiones sobre negocios con el Grupo Alpina;
- Ser cónyuge, pareja, hijastro o tener relación de hasta 2º grado o amistad estrecha con personas que ocupen puestos directivos en empresas competidoras;
- Contratar o influir en la contratación de cónyuges, socios, hijastros y parientes hasta el segundo grado así como amigos íntimos;
- Interferir en la toma de decisiones que involucran a clientes y socios comerciales cuando la imparcialidad esté comprometida, incluso de manera no aparente;
- Hacer negocios con competidores del Grupo Alpina;
- Desempeñar un cargo en otras empresas o asociaciones profesionales, salvo autorización previa;
- Utilizar su cargo, cargo o relación con el Grupo Alpina para obtener cualquier tipo de favor para usted o un tercero;
- Utilizar información privilegiada obtenida por su cargo, función o relación con el Grupo Alpina para beneficio personal o de un tercero;
- Realizar actividades personales o profesionales fuera de las del Grupo Alpina, remuneradas o no, en el lugar y/o horario de trabajo acordado con el Grupo Alpina;
- Utilizar los activos del Grupo Alpina para fines personales; y



- Vender productos y servicios en las instalaciones del Grupo Alpina, incluso fuera del horario comercial.

El Grupo Alpina podrá contratar para cargos internos o como socios de negocios a cónyuges, socios, hijastros, familiares o amigos íntimos de sus colaboradores, siempre que:

- Se consulte al comité de integridad;
- El colaborador relacionado no participe ni interfiera, directa o indirectamente, en la toma de la decisión de contratación;
- No exista relación subordinada con el colaborador relacionado;
- No sea alocado en el mismo sector que el colaborador relacionado; y
- La persona no ocupe un puesto en el que tenga la función de comprobar, procesar, auditar, aprobar, revisar, comprobar o afectar el trabajo del colaborador relacionado o viceversa.

Al ingreso y cada dos años, los colaboradores y socios comerciales del Grupo Alpina deberán completar y remitir la **Declaración de Conflicto de Intereses** al Comité de Integridad, y deberán informar sus vínculos con:

- Colaboradores, socios comerciales y competidores del Grupo Alpina;
- Administración pública, agentes públicos y personas políticamente expuestas;
- Otras empresas, asociaciones, fundaciones, institutos u organizaciones que tengan un vínculo directo o indirecto con el Grupo Alpina.

Quédese Atento: Cualquier conflicto de intereses, incluso si es aparente, debe ser informado inmediatamente al Comité de Integridad, que tomará las medidas apropiadas.

3.3 Regalos, obsequios, hospitalidad y entretenimiento.

Los regalos, obsequios, hospitalidades, entretenimiento y otros beneficios pueden representar o interpretarse como una ventaja indebida cuando violan la legislación y las normas internas del Grupo Alpina, sus socios comerciales o clientes.

Ocasionalmente se permiten obsequios cuyo valor sea inferior a R\$ 100,00 (cien reales).



Cuando se trate de agentes públicos, personas políticamente expuestas, está prohibido hacer o aceptar promesas, solicitar, exigir, mediar, autorizar, ofrecer o recibir, directa o indirectamente, obsequios, entretenimiento, hospitalidad u otros beneficios, cualquiera que sea su frecuencia o valor.

En otros casos, los colaboradores y socios comerciales que representen o de alguna manera actúen a favor del Grupo Alpina podrán autorizar, ofrecer o recibir obsequios, entretenimiento u hospitalidad siempre que:

- No constituya, ni siquiera aparentemente, una ventaja indebida o un pago de facilitación;
- No haya riesgo de interferencia con el juicio comercial independiente o los valores institucionales del Grupo Alpina;
- No represente daño reputacional al Grupo Alpina;
- Se ajuste a la legislación aplicable y a los parámetros establecidos en las normas institucionales a las que está sujeto la persona que lo recibirá;
- Tenga un propósito institucional claro y legal;
- No represente ninguna forma de contraprestación;
- No sea ofrecido en especie o equivalente, como vales o certificados de regalo, cualquiera que sea su valor;
- No ocurra durante la contratación, renovación de contratos u otras negociaciones que involucren al Grupo Alpina; y
- No tenga una frecuencia irrazonable.

Si los colaboradores o socios comerciales que representan o de alguna manera actúan a favor del Grupo Alpina reciben obsequios, entretenimiento, hospitalidad u otros beneficios debido a su relación con el Grupo Alpina, deberán notificarlo al Comité de Integridad en un plazo máximo de 48 horas.

Independientemente de la frecuencia o valor, los obsequios ofrecidos o recibidos de agentes públicos o personas políticamente expuestas serán reportados inmediatamente al Comité de Integridad .

Si existe la necesidad de ofrecer hospitalidad a socios comerciales, el procedimiento debe ser autorizado por el Comité de Integridad.



Quédese Atento: Está prohibido, bajo cualquier circunstancia, hacer o aceptar promesas, solicitar o exigir regalos, entretenimiento, hospitalidad u otros beneficios, ya que este acto puede constituir la apariencia de una ventaja indebida, y sólo está permitido autorizar, ofrecer o recibirlos cuando estén en cumplimiento con los parámetros anteriores.

Importante: Las disposiciones de este tema se aplican a los socios comerciales cuando actúen en nombre del Grupo Alpina, prevaleciendo sus propias disposiciones sobre la materia.

3.4 Patrocinios, donaciones y otras aportaciones

El Grupo Alpina puede apoyar e incentivar campañas y proyectos externos que se alineen con sus valores institucionales, siempre y cuando se observen los siguientes parámetros:

- Compatibilidad con los estándares internos del Grupo Alpina;
- Ausencia de conflicto de intereses, aún que no explícito;
- No vinculación, directa o indirecta, al beneficio indebido;
- Asignación a entidades regulares, previa verificación simplificada de su integridad mediante búsquedas en fuentes de información pública;
- Suscripción de un formulario, con los siguientes temas: **(i)** objeto; **(ii)** destino; **(iii)** finalidad; y **(iv)** deberes de las partes, incluyendo la correcta aplicación de los recursos por parte de la entidad receptora;
- Si se benefician entidades públicas o privadas, prohibición de depósitos en cuentas de particulares o entrega en efectivo; y
- Prohibición de pago en cuentas de terceros o a través de *cuentas extraterritoriales*, cuando la entidad beneficiaria tenga su sede o representación en Brasil.

En el caso de patrocinios, donaciones y grandes aportes, se deberá suscribir un contrato que contenga los mismos temas que el formulario presentado anteriormente, con la adición de cláusulas específicas: **(i)** anticorrupción; y **(ii)** lucha contra el lavado de dinero.



Las disposiciones de este tema se aplican a los socios comerciales que actúan en nombre del Grupo Alpina.

Quédese Atento: El Grupo Alpina no está vinculado a ningún político u organización partidista política y no realiza donaciones, financiamiento o contribuciones a candidatos, personas cercanas a candidatos, comités de campaña, partidos políticos o partidos similares, directa o indirectamente.

Se advierte a los colaboradores que elijan ejercer su derecho a realizar donaciones, financiación o aportes a candidatos, comités de campaña, partidos políticos o similares, que en ningún caso podrán vincular, directa o indirectamente, al Grupo Alpina, a sus socios o directivos a estas actividades.

Importante: Para incentivar la diversidad política, el Grupo Alpina, de forma apartidista y sin compensación alguna, autoriza a los candidatos a cargos electivos a presentar, si lo desean, sus propuestas electorales a los empleados del Grupo Alpina en las instalaciones de la empresa.

Queda prohibida cualquier forma de sugerencia o coacción, directa o indirecta, a los colaboradores para que adopten una determinada posición política.

Cualquier colaborador del Grupo Alpina, independientemente de su cargo, no puede expresar sus preferencias políticas en nombre del Grupo Alpina, incluyendo mediante la aceptación o uso de materiales de campaña o registros de imágenes que vinculen, directa o indirectamente, al Grupo Alpina con posiciones políticas partidistas.

3.5 Interacción con agentes públicos

Dado que la interacción con agentes públicos puede generar riesgos, especialmente corrupción, los colaboradores y socios comerciales que actúan en nombre del Grupo Alpina están sujetos a los siguientes protocolos en reuniones y otros contactos con agentes públicos y personas políticamente expuestas:

- Observar la legislación y las políticas de integridad del Grupo Alpina;
- No hacer promesas, mediar, autorizar, ofrecer, directa o indirectamente, obsequios, entretenimiento, hospitalidad, otros beneficios, ventajas indebidas o pagos de facilitación;

- No perjudicar ni obstaculizar las inspecciones o investigaciones de organismos, entidades o agentes públicos;
- Establecer una comunicación formal, transparente y objetiva, evitando cualquier tipo de interpretación negativa;
- Si la interacción se realiza vía correo electrónico, utilizar siempre la cuenta de correo electrónico corporativa;
- Evitar interacciones a través de medios informales, como *whatsapp*, Telegram, SMS y similares;
- No participar en reuniones no oficiales, fuera del horario comercial o apariciones sospechosas, como reuniones en restaurantes, parques o por la noche;
- Evitar realizar reuniones u otras interacciones cuando solo esté presente un colaborador del Grupo Alpina, y es preferible que al menos dos colaboradores participen en el evento;
- Siempre que sea posible, programar reuniones presenciales con antelación y formalmente, a través de canales oficiales, con conocimiento previo de los temas que se tratarán;
- Registrar las reuniones en actas que contengan: **(i)** fecha; **(ii)** dirección; **(iii)** horas de inicio y finalización; **(iv)** nombre de los participantes; **(v)** resumen de temas; **(vi)** medidas que serán tomadas y por quién; **(vii)** otras informaciones relevantes; y, **(viii)** la firma de los participantes o, en su caso, la constancia de cualquier negativa a firmar el documento.
- Caso sufra algún tipo de presión o sea solicitada o exigida alguna ventaja indebida, finalice inmediatamente la interacción e informe al Comité de Integridad o comunique el incidente a través de la Oidoría del Grupo Alpina.

Quédese Atento: En la obtención de licencias, autorizaciones u otro tipo de regularización ante organismos de la Administración Pública, por parte de colaboradores o socios comerciales del Grupo Alpina, se deben seguir los protocolos de interacción con agentes públicos, antes presentados, y se prohíben los pagos de facilitación, u ofrecer una ventaja indebida para ayudar o acelerar la obtención de dichos actos públicos de



liberación. Los pagos de “honorarios de urgencia”, si están previstos en la legislación, no deben confundirse con pagos de facilitación y pueden realizarse.

Importante: Siempre que sea posible, se realizará una rotación de los colaboradores que interactúen con los agentes públicos, incluso en las negociaciones con la Administración Pública.

En las inspecciones, investigaciones u otros controles oficiales realizados por agentes públicos se observarán los siguientes procedimientos:

- Notificar inmediatamente a su gerente, para que informe al Comité de Integridad y a los abogados del Grupo Alpina, enviando fotografía de los documentos presentados por los agentes públicos;
- Mientras se espera que el gerente actúe, dirigir a los agentes públicos a una sala reservada, pidiéndoles respetuosamente que esperen la llegada del representante que monitoreará el evento;
- No otorgar acceso hasta que un representante del Grupo Alpina esté presente para recibir a los agentes públicos;
- No impedir, obstaculizar o intervenir en las acciones de los agentes públicos, tales como ocultar o destruir documentos y equipos, borrar correos electrónicos y ser groseros;
- No recibir ningún documento o citación sin la presencia de un representante del Grupo Alpina;
- Si se exige o solicita una ventaja indebida o un pago de facilitación, cese el contacto y notifique inmediatamente al Comité de Integridad .

3.6 Contratación de un ex agente público

En caso de que un ex agente público sea contratado para trabajar en el Grupo Alpina, se observarán los siguientes parámetros:

- Selección basada en criterios técnicos y objetivos;
- Verificación de la obligación de cumplir con un período de ausencia del sector en el que trabajó mientras desempeñaba el cargo o función pública (cuarentena);

- Enviar una notificación al organismo al que pertenecía el agente público, si dentro del plazo de 5 años (cinco) desde su despido, informando sobre la contratación;
- *Cláusulas de cumplimiento* anticorrupción en el contrato de trabajo; y
- No designación para actuar o representar los intereses del Grupo Alpina ante el órgano de la Administración Pública en el que desempeñó sus funciones en los últimos 5 (cinco) años.

3.7 Negociaciones con la Administración Pública

Al participar en licitaciones o celebrar contratos con la Administración Pública, los colaboradores y socios comerciales que actúan en nombre del Grupo Alpina tienen el deber de actuar con honestidad, cumpliendo con la legislación y de acuerdo con las políticas de integridad del Grupo Alpina, incluido el cumplimiento de las Protocolo de interacción con agentes públicos, expuesto anteriormente.

En este contexto, algunos ejemplos de conductas prohibidas son:

- Hacer promesas, mediar, autorizar, ofrecer, directa o indirectamente, ventaja indebida, pago de facilitación u otro beneficio para obtener cualquier tipo de favor en licitaciones y/o contrataciones;
- Frustrar o defraudar ofertas o contratos con la administración pública, tales como perturbar o defraudar actos del proceso de licitación, participar en la preparación de convocatorias, retirar a competidores de la licitación ofreciendo ventajas indebidas u otros medios fraudulentos, emplear artificios ilegales para dificultar la ejecución del contrato más oneroso para la administración pública (sobrepeso o sobrefacturación), entre otras conductas similares;
- Realizar acuerdos o combinaciones de cualquier tipo con competidores, tales como acordar con un competidor los valores de las propuestas a presentar en licitaciones (“propuesta general”), realizar acuerdos para favorecer al Grupo Alpina o a un competidor en una licitación, entre otras similares conductas;
- Influir en agentes públicos para favorecer al Grupo Alpina (“dirección de licitación”), como exigir certificados de calificación técnico-



profesional/operacional muy específicos en los anuncios de licitación con el único fin de beneficiar al Grupo Alpina y que no sean necesarios en los términos de la legislación, entre otras conductas similares; y

- Intercambiar información privilegiada con agentes públicos o competidores.

Quédese Atento: Caso tenga conocimiento de que Grupo Alpina está prestando servicios a la Administración Pública sin contrato o con una finalidad distinta al contrato, infórmelo inmediatamente al Comité de Integridad.

Importante: El Grupo Alpina promoverá, cuando sea posible, la rotación de los colaboradores que validan los documentos presentados para participar en las licitaciones.

3.8 Interacción con socios comerciales.

Al interactuar con socios comerciales, los colaboradores del Grupo Alpina promoverán un trato cordial, honesto, igualitario, libre de favoritismo y cumpliendo con los principios de libre competencia y estándares de integridad contenidos en la legislación, este Código y otras políticas del Grupo Alpina.

Está prohibido exigir, solicitar, aceptar, recibir, ofrecer, prometer, entregar o pagar, directa o indirectamente, cualquier beneficio, incluidos obsequios, hospitalidad y entretenimiento, o ventaja indebida, con el fin de interferir en el desempeño profesional propio o de terceros.

En la interacción con socios comerciales se deberán observar, cuando corresponda, las disposiciones sobre conflicto de intereses y compromisos establecidas en este Código.

Ejemplos de actos de corrupción privada y, en consecuencia, conductas prohibidas, en el contexto de la interacción con socios comerciales son:

- Aceptar un obsequio de un colaborador de un socio comercial para facilitar o interferir en la decisión de contratación del socio por parte del Grupo Alpina, en detrimento de otros competidores;
- Cobrar comisiones no oficiales a un socio comercial para facilitar o interferir en la decisión de renovar su contrato con el Grupo Alpina;



- Recibir un pago por transmitir información privilegiada del Grupo Alpina;
- Ofrecer hospitalidad y entretenimiento a un socio comercial para otorgar condiciones ventajosas (descuentos, materias primas adicionales) al Grupo Alpina.

Quédese Atento: En el ámbito de sus funciones, los colaboradores del Grupo Alpina deben asegurarse de que los contratos con socios comerciales, especialmente aquellos que interactúan con agentes públicos, como en el caso de apoyo para la obtención de licencias, autorizaciones, permisos, certificados y similares, sean siempre concluido con una cláusula anticorrupción. En el caso específico de proveedores que no interactúan con agentes públicos, los colaboradores responsables tienen el deber de instruir todas las órdenes de servicio con el Anexo 1 (Principios anticorrupción que deben observar los socios comerciales) y, en el caso de suministro continuo, al menos la primera orden de servicio deberá ir acompañada del citado Anexo 1.

Importante: Caso verifique o sospeche que algún colaborador o socio comercial del Grupo Alpina está actuando en violación de la legislación o políticas institucionales del Grupo Alpina, incluso para obtener cualquier tipo de ventaja indebida, notifique inmediatamente al Comité de Integridad o acceda a la Oidoría del Grupo Alpina, para que esta situación pueda ser investigada adecuadamente.

3.9 Interacción con los clientes

Los colaboradores del Grupo Alpina brindarán a los clientes un trato cordial, profesional y honesto, cumpliendo con los estándares de integridad contenidos en la legislación, este Código y otras políticas del Grupo Alpina.

Al interactuar con los clientes, los representantes de ventas del Grupo Alpina:

- Previamente recibirán un entrenamiento específico sobre prevención y enfrentamiento a la corrupción privada;
- Deben actuar de forma ética y transparente en las negociaciones; y
- Preferiblemente promoverán las interacciones con los clientes junto con otro colaborador del Grupo Alpina.



Son conductas prohibidas en la interacción de los representantes comerciales con los clientes las siguientes:

- Exigir, solicitar, aceptar, recibir, ofrecer, prometer, entregar o pagar, directa o indirectamente, una ventaja indebida, incluidas comisiones no oficiales, con la finalidad de interferir en el ejercicio profesional propio o de terceros.
- Aumentar deliberadamente el valor de los productos y/o servicios (sobrepuestos) para obtener valores más altos como comisión oficial;
- Hacer arreglos para recibir cantidades de clientes, a cambio de otorgarles descuentos no autorizados en los precios de productos y/o servicios;
- Celebrar acuerdos con competidores sobre la división o valor de los productos a ofrecer a los clientes;
- Falsificar cualquier tipo de documento para vender de manera no oficial productos y servicios del Grupo Alpina; y
- Ofrecer, aunque sea de forma extraoficial, productos y servicios de empresas competidoras.

3.10 Interacción con los competidores

Cuando sea necesario tener algún tipo de interacción con empresas competidoras, los colaboradores del Grupo Alpina deben adoptar especial precaución, para que no haya ningún tipo de violación a la legislación brasileña de competencia.

La legislación brasileña otorga al *Conselho Administrativo de Defesa Econômica* (“CADE”) facultades para sancionar a empresas y particulares por infracciones del orden económico, que pueden incluir:

- Hacer acuerdos, arreglos, manipular o ajustar con un competidor: los precios de bienes o servicios ofrecidos individualmente; la producción o venta de una cantidad restringida o limitada de bienes o la prestación de un número, volumen o frecuencia restringidos o limitados de servicios; la división de partes o segmentos de un mercado actual o potencial de bienes o servicios, mediante la distribución de clientes, proveedores, regiones o períodos; y precios, condiciones, ventajas o abstención de licitaciones públicas, entre otros;



- Promover, obtener o influir en la adopción de conductas comerciales uniformes o concertadas entre competidores;
- Limitar o impedir el acceso de nuevas empresas al mercado;
- Crear dificultades en el establecimiento, operación o desarrollo de una empresa competidora;
- Impedir el acceso de competidores a fuentes de insumos, materias primas, equipos o tecnología, así como a canales de distribución;
- Utilizar medios engañosos para provocar fluctuaciones en los precios de terceros.

En los contactos que sean necesarios con empresas competidoras, deberá evitarse la discusión de asuntos que puedan considerarse competitivamente sensibles, o sea, relacionados con la estrategia de las empresas o que puedan alterar la dinámica competitiva del mercado. A continuación presentamos una lista no exhaustiva de temas que no deben discutirse en posibles reuniones con competidores, bajo el riesgo de caracterizarse el contacto como una potencial violación del orden económico:

- Precios o condiciones comerciales practicadas por el Grupo Alpina;
- Costos de sus operaciones;
- Remuneración de los colaboradores ;
- Estrategia comercial;
- Información no pública sobre marcas y patentes en desarrollo;
- Principales clientes y descuentos aplicados;
- Principales proveedores y condiciones comerciales;
- Planes de adquisiciones futuras.

Se debe tener especial cuidado en las interacciones con competidores en asociaciones/sindicatos en los que eventualmente participe el Grupo Alpina, ya que las interacciones con competidores probablemente ocurrirán en estos entornos. En estas situaciones, se recomienda elaborar, o solicitar a la asociación/sindicato que elabore, un acta con los temas que serán objeto de discusión, y en caso de mencionar algún tema que pueda caracterizarse como información competitivamente sensible, contactar el Comité de Integridad, para verificar posibles medidas a adoptar.



Los colaboradores del Grupo Alpina, por regla general, no deben facilitar datos del grupo a asociaciones/sindicatos. Si es necesario compartir información, el colaborador primero debe comunicarse con el Comité de Integridad y explique el motivo por el cual es necesario compartir información con dicha asociación gremial.

Si se entiende que la información debe ser compartida, se debe verificar si se están tomando las siguientes precauciones al momento de recolectar los datos:

- Asegurarse de que la recopilación de datos sea realizada por terceros, sin conexión con ninguna de las empresas asociadas, como por ejemplo una consultoría contratada específicamente para este fin;
- La existencia de salvaguardas para evitar la fuga de información, como limitar el número de personas que tendrán acceso a los datos compartidos y almacenarlos en lugares donde el acceso esté restringido a personas sin conexión con las empresas; y
- Si los datos se divulgan a terceros, solo deben compartirse de forma agregada, de modo que no sea posible identificar los datos de cada una de las empresas involucradas en la investigación.

Finalmente, es importante que si existe algún tipo de intento de contactar competidores con colaboradores del Grupo Alpina que implique el potencial intercambio de información competitivamente sensible, o mención/sugerencia de actos que podrían caracterizarse como una violación del orden económico, el colaborador contactado deberá comunicar la situación inmediatamente a los abogados del Grupo Alpina para evaluar la situación y adoptar las medidas oportunas.

3.11 Prevención y lucha contra el fraude interno

El Grupo Alpina no tolera la desviación de valores, la falsificación de documentos, manipulación de información o la promoción de cualquier otro tipo de fraude en registros, sistemas y controles internos del Grupo Alpina o la sustracción o apropiación indebida de sus activos o los de sus clientes y socios comerciales.

Para prevenir el fraude interno, el Grupo Alpina:



- Otorga a sus colaboradores acceso a los sistemas internos exclusivamente mediante registro de usuario y contraseñas individuales e intransferibles;
- Establece niveles de aprobación interna, con la designación de diferentes personas para tramitar, verificar y aprobar procesos, especialmente los relacionados con contratos y pagos; y
- Mejora periódicamente sus sistemas tecnológicos y de seguridad de la información.

Los activos, pasivos, ingresos, gastos y transacciones del Grupo Alpina deben ser verídicos, completos y exactos, así como registrarse de conformidad con la legislación y las normas y principios contables aplicables.

Quédese Atento: por razones de seguridad, se debe evitar el pago de facturas enviadas a través de correos electrónicos externos a contactos comerciales del Grupo Alpina.

En estos casos, se deberá contactar directamente con el beneficiario del pago, a través de los canales oficiales, para que proporcione preferentemente los datos necesarios para realizar la transferencia bancaria. Asimismo, desconfíe de los mensajes supuestamente enviados por socios comerciales ofreciendo importantes descuentos en el pago de cantidades o solicitando cambios en la forma de pago previamente acordada.

3.12 Prevención y lucha contra el lavado de dinero

El Grupo Alpina condena las prácticas que tengan por objeto ocultar, disfrazar, mover o utilizar bienes o valores derivados de delitos o que tengan por objeto, de cualquier forma, financiar, patrocinar o subvencionar actos ilícitos en general, en particular el lavado de dinero, la financiación del terrorismo y la proliferación de armas.

Para prevenir estas prácticas, Grupo Alpina se reserva el derecho de rechazar pagos:

- En especie;
- A través de *cuentas offshore* cuando el cliente tiene su sede o representación en Brasil;
- Con el uso de recursos que tienen origen ilícito; y
- A terceros ajenos al negocio.



Quédese Atento: En caso de dudas sobre la legalidad de los montos utilizados para fines de pago al Grupo Alpina o cualquier otra actividad sospechosa, es deber del colaborador notificar inmediatamente al Comité de Integridad.

Glosario

Administración Pública: Entidades de la Federación, organismos públicos o personas jurídicas, nacionales o extranjeras, que brinden servicios públicos, incluso de forma indirecta, tales como: Unión, Estados, Municipios, empresas o fundaciones públicas, organismos reguladores, organizaciones financiadas con recursos públicos, empresas, economía mixta, cuerpos del poder legislativo y judicial, departamentos o agencias internacionales, entre otros.

Ejemplos de entidades y organismos de la Administración Pública			
Federal	Estado	Municipal	Sociedad de Economía mixta
- Instituto Brasileño de Medio Ambiente y Recursos Naturales Renovables (IBAMA); - Secretaria de Ingresos Federales; - Policía Federal; - Agencia Nacional de Vigilancia Sanitaria (ANVISA)	- Policía Civil del Estado de São Paulo; - Secretaría de Finanzas; - Empresa Ambiental del Estado de São Paulo (CETESB); - Departamento de Bomberos.	- Ayuntamiento de São Bernardo do Campo/SP; - Vigilancia de la Salud de la Ciudad de São Bernardo do Campo/SP.	- Petrobras; - Banco de Brasil.

Agentes Públicos: Persona que ejerce, incluso temporalmente o sin remuneración, por elección, nombramiento, designación, contratación o cualquier otra forma de relación, mandato, cargo, empleo o función en la administración pública.

Ejemplos de agentes Audiencias			
Federal	Estado	Municipal	Sociedad de Economía mixta
<ul style="list-style-type: none"> - Agente y técnico del IBAMA; - Investigador o delegado de la Policía Federal; - Auditor de Ingresos Federales. 	<ul style="list-style-type: none"> - Investigador o delegado de la Policía Civil; - Tenientes, Suboficiales, Mayores de la Policía Militar; - Agente de la Empresa Ambiental del Estado de São Paulo 	<ul style="list-style-type: none"> - Inspector de vigilancia sanitaria. 	<ul style="list-style-type: none"> - Colaboradores Petrobras - Colaboradores del Banco do Brasil

Acoso moral: Exponer a otra persona a situaciones humillantes y embarazosas de manera repetitiva y prolongada, dañando el ambiente laboral.

Ejemplos de situaciones que constituyen acoso moral
Amenazar o intimidar a un líder por cualquier motivo.
Perseguir a un compañero de trabajo para afectar su autoestima,
Crear y hacer circular memes con la imagen de colaboradores.
Maldecir o poner apodos negativos (<i>bullying</i>) a compañeros de trabajo
Humillar o avergonzar con gestos o palabras descalificantes

Gritar o usar un tono de voz excesivo al advertir a los miembros del equipo que dirige.

Acoso sexual: Acto de avergonzar a alguien en el lugar de trabajo, explotando su posición de liderazgo o influencia, para obtener un favor sexual.

Ejemplos de situaciones que constituyen acoso sexual
Chantajear o intimidar a un colaborador que dirige para que acepte insinuaciones sexuales para no sufrir daños en el trabajo o para ser ascendido.
Tocar, acariciar o cualquier contacto físico con otra persona sin permiso
Llevar a cabo o participar en conversaciones inapropiadas sobre apariencia física, vestimenta o sexo.
Hacer gestos y sugerencias de carácter sexual, como silbidos y guiños maliciosos.
Tomar y compartir fotografías no consensuadas de colaboradores.
Pedir favores sexuales a cambio de no mostrar material pornográfico al que hayas accedido involucrando a otra persona

Beneficios: regalos, obsequios, atenciones o similares, que pueden o no tener precio.

Regalos: Souvenirs o materiales institucionales ofrecidos como cortesía, publicidad habitual o en eventos o fechas conmemorativas, tales como agendas, gorras, carpetas, cuadernos, tazas, calendarios, llaveros, *pendrives* y bolígrafos.

Colaboradores: Persona que brinda servicios al Grupo Alpina, mediante relación laboral, contractual o de cualquier otro tipo, independientemente del cargo que ocupe.

Conflicto de intereses: Situación en la que intereses personales tienen el potencial de interferir en el juicio de la persona en conflicto o en el incumplimiento de sus



responsabilidades profesionales, lo que puede resultar en un beneficio o ventaja indebido para sí o para un tercero.

Ejemplos de situaciones que constituyen un conflicto de intereses
Relación laboral con otra empresa u organización;
Contratar o influir en el proceso de contratación de familiares;
Contratar/comprar o influir en el proceso de contratación/compra de bienes y servicios de empresas de su propiedad o con las que mantiene o ha mantenido relación;
Uso de información privilegiada, obtenida con motivo del cargo o función desempeñada dentro del Grupo Alpina, para beneficio personal;
Participación directa o indirecta en proveedores, clientes, prestadores de servicios y competidores del Grupo Alpina;
Familiares que tengan poder de decisión en empresas competidoras o que tengan relación comercial con el Grupo Alpina.

Corrupción: Acto de prometer, ofrecer, autorizar o dar, directa o indirectamente, ventaja indebida o pago de facilitación a un agente público, candidato a un cargo público, a una persona jurídica del sector privado o a su representante o colaborador, incluidos los partidos políticos, a una persona física brindadora de servicios, representante de clase o grupo, o tercero indicado por ellos. Asimismo, constituye corrupción aceptar promesas, solicitar o recibir ventajas indebidas que puedan resultar al Grupo Alpina, a sí o a un tercero, cualquier beneficio ilegal que surja de un acto u omisión relacionado con sus responsabilidades profesionales.

Ejemplos de actos de corrupción
Prometer cualquier bien valioso, ventaja indebida o pago de facilitación a un agente público a cambio de algún acto que esté a su alcance, como, por ejemplo, obtener o renovar una licencia;
Autorizar el pago a un agente de vigilancia de la salud para cancelar una evaluación específica;
Realizar donaciones electorales a políticos para que aprueben o no un proyecto de ley;
Prometer una ventaja a un agente público para que pueda dirigir el resultado de un proceso de licitación;
Ofrecer un porcentaje del valor de un potencial contrato con la Administración Pública para que el competidor se retire de la oferta;
Hacer obsequios a un funcionario público para cambiar o ampliar un contrato público o expresar una opinión favorable para ello.

Cuentas *offshore* : Cuentas bancarias ubicadas fuera del país de residencia (persona física) o sede (persona jurídica) de su titular.

Debida diligencia : Es una expresión comúnmente utilizada en el mercado para referirse a una verificación detallada de algo, como por ejemplo un socio comercial. Consiste en análisis multisectorial y reputacional, entre otros, con el fin de verificar hechos que puedan influir en la contratación del socio comercial.

Entretenimiento: Actividades o eventos de ocio, como eventos deportivos, espectáculos, fiestas, obras de teatro, jornadas técnicas y de negocios no relacionadas directamente con las actividades del Grupo Alpina.

Fraude: Actos irregulares encaminados a la obtención de ventajas indebidas para uno mismo o para terceros, como falsificación de documentos, imitación de firma ajena,



acceso a sistemas informáticos mediante registro ajeno o no autorizado, malversación de valores, etc.

Grupo Alpina: Empresas que integran el Grupo Alpina, a saber: Alpina Equipamentos Industriais Ltda., Alpina SA Indústria e Comércio, Alpina Equipamentos Industriais, Serviços e Montagens Ltda., Alpina Orion Tecnologia Açucareira SA y Alpina Termoplásticos Ltda.

Hospitalidad: Gastos de viaje, comidas, alojamiento, cursos, seminarios, conferencias o eventos en general, no relacionados con las actividades del Grupo Alpina.

Información confidencial o privilegiada: Información sobre asuntos internos estratégicos que involucran al Grupo Alpina y que no debe ser revelada a terceros o que tiene carácter confidencial ante órganos de la Administración Pública.

Lavado de dinero: Acto que tiene como objetivo dar apariencia legítima a bienes, derechos o valores provenientes de actividades ilícitas, mediante operaciones de ocultamiento y disimulo del origen ilícito de dichos bienes y de su utilización. También se considera lavado de dinero la participación en un grupo, asociación o entidad que practique el lavado de dinero.

Pago de facilitación: Pagos de pequeñas cantidades u otorgamiento de otro beneficio de menor importancia, para obtener facilidades en actos rutinarios, como la obtención de licencias, permisos y otros documentos y servicios con mayor rapidez.

Socios comerciales: Personas externas que apoyan las actividades del Grupo Alpina, tales como proveedores, representantes comerciales, empresas consorciadas, corredores, abogados, agentes, consultores, contadores, intermediarios y lobistas u otras personas que tengan una relación profesional con el Grupo Alpina.

Familiares de 2º grado: Son familiares de 2º grado los abuelos, hermanos, hermanas, nietas y nietos.

Persona políticamente expuesta (PEP): Persona que ocupa o ha desempeñado cargos, empleos o funciones públicas relevantes, en Brasil o en el exterior, en los últimos cinco años. Para efectos de este Código, esta categoría incluye a familiares, amigos cercanos,



ex colaboradores, socios y otras personas que tuvieron o tienen algún vínculo, directo o indirecto, con PEP.

Ejemplos de personas políticamente expuestas
Presidente de la República, Gobernadores y Intendentes;
Senadores, diputados y concejales estatales y federales;
Presidente y empleados de alto rango de empresas públicas o de capital mixto;
Directores, superintendentes y empleados de alto rango de entidades y organismos de la Administración Pública;
Ministros de Estado.

Obsequios: Artículos de valor comercial que no constituyen regalos.

Ventaja indebida: Cualquiera favoritismo ilegal de cualquier valor y modalidad (por ejemplo, dinero, regalos, hospitalidad, entretenimiento, oportunidad de trabajo u otro beneficio), incluso si es indirecto, para influir en agentes públicos, candidatos a cargos públicos o personas jurídicas de derecho privado o su representante para: **(i)** ejercer o dejar de desempeñar sus funciones; **(ii)** instigar a una persona a influir en ella para que practique u omita sus deberes; o **(iii)** cometer ilegalidades.

Ejemplos de ventajas indebidas
Ofrecer o dar cargos o empleos a agentes públicos o personas relacionadas con ellos a cambio de ventajas en negocios con la administración pública;
Ofrecer entradas e invitaciones a eventos a funcionarios públicos y candidatos a cargos públicos;
Pagar las comidas de los funcionarios públicos.

Anexo 1 – Principios anticorrupción que deben observar los socios comerciales

En cumplimiento de las mejores prácticas del mercado, Grupo Alpina recomienda a sus socios comerciales observar los valores, normas éticas y estándares de conducta contenidos en este Código de Ética y Conducta, especialmente cuando actúan en nombre del Grupo Alpina. A tal fin, se espera que actúen de acuerdo con los siguientes principios:

- **Prevención de la corrupción:** Buscar implementar mecanismos para prevenir y combatir todas y cada una de las formas de ilegalidad, especialmente la corrupción pública y privada, dando a conocer y orientando a los empleados para el cumplimiento de lo establecido en este Código de Ética y Conducta.
- **Relación con la Administración Pública:** Toda interacción con la Administración Pública por parte del Grupo Alpina debe formalizarse y guiarse por una actuación ética, honesta y transparente, absteniéndose de cualquier conducta que suponga vulnerar lo dispuesto en este Código de Ética y Conducta o la legislación aplicable. En el contexto de la representación del Grupo Alpina, bajo ninguna circunstancia está permitido que los socios comerciales cometan actos de corrupción, acepten u ofrezcan ventajas indebidas o paguen honorarios de facilitación a agentes públicos o personas políticamente expuestas.

Quédese Atento: Se espera que todos los socios comerciales informen al Comité de Integridad del Grupo Alpina sobre cualquier vínculo que tengan con la Administración Pública o personas políticamente expuestas.

- **Regalos, obsequios, donaciones, patrocinios, entretenimiento, hospitalidad y otros beneficios:** Los socios comerciales del Grupo Alpina tienen prohibido dar o recibir, directa o indirectamente, regalos, obsequios, donaciones, patrocinios, entretenimiento, hospitalidad y beneficios de cualquier naturaleza a cambio de ventaja para el Grupo Alpina, especialmente cuando la situación involucra la relación con la Administración Pública.
- **Transparencia y veracidad:** Los socios comerciales de Grupo Alpina deben actuar con transparencia en todas las situaciones, no distorsionar la información y únicamente proporcionar información veraz a Grupo Alpina.

- **Denunciar irregularidades:** Se espera que los socios comerciales se pongan en contacto inmediatamente con el Comité de Integridad del Grupo Alpina o con la Oidoría cada vez que tengan conocimiento o experimenten situaciones que puedan constituir una violación de las normas de conducta contenidas en este Código de Ética y Conducta o la legislación anticorrupción.
- **Actitud colaborativa:** Buscar cooperar y ayudar en auditorías o investigaciones internas que puedan ser realizadas por el Grupo Alpina o terceros designados por éste para investigar posibles violaciones a lo dispuesto en este Código de Ética y Conducta y la legislación anticorrupción.

Anexo 2 – Cláusula Anticorrupción

1. En este acto, LA CONTRATADA declara que observa toda la legislación aplicable a sus actividades, incluidas las específicamente relacionadas con este contrato, y que no ha violado ni está violando, directa o indirectamente, el Decreto-Ley N° 2.848/1940 (Código Penal), Ley N° 8.429/1992 (Ley de Improbidad Administrativa), Ley N° 9.613/1998 (Ley de Lavado de Activos), Ley N° 12.529/2011 (Ley de Competencia), Ley N° 12.813/2013 (Ley de Conflictos de Intereses en el Administración Pública Federal), Ley N° 12.846/2013 (Ley Anticorrupción), Ley N° 13.303/2016 (Ley de Sociedades Públicas), Ley N° 14.133/2021 (Ley de Licitaciones) y Decreto N° 11.129/2022 (Regula la Ley Anticorrupción), además de cualquier otra legislación nacional o internacional anticorrupción, incluyendo *Ley de Prácticas Corruptas en el Extranjero* (FCPA) y *Ley Antisoborno del Reino Unido* .
 - a. La CONTRATADA declara que todos sus colaboradores o empleados están cumpliendo con la legislación aplicable a las actividades relacionadas con este contrato y garantiza que no existen procedimientos administrativos o judiciales, acusaciones formales o investigación oficial por parte de autoridad gubernamental competente en contra de él o sus colaboradores respecto de violaciones de las leyes mencionadas en el punto 1.
 - b. La CONTRATADA se compromete a informar inmediatamente a el CONTRATISTA si toma conocimiento de la existencia de algún procedimiento administrativo o judicial, acusación formal o investigación oficial por parte de una autoridad gubernamental competente, en contra de él o de sus colaboradores o empleados, por cualquier violación a las leyes enumeradas en el punto 1, y proporcionar la información y documentación necesaria y suficiente para esclarecer los hechos.

2. La CONTRATADA declara conocer las políticas de integridad de la CONTRATISTA, las cuales forman parte del presente contrato como Anexo, y se compromete a observar y cumplir íntegramente sus disposiciones durante toda la vigencia del contrato, así como a revelar dicha política a sus colaboradores o empleados y exigirles su cumplimiento, especialmente para quienes realicen actividades directa o indirectamente relacionadas con el CONTRATISTA.

3. La CONTRATADA reconoce y acepta en adelante que el CONTRATISTA tiene derecho, en cualquier momento, a realizar su propia auditoría, o a través de una empresa independiente y especializada, en el presente contrato, pudiendo rescindirlo o suspenderlo si constata alguna irregularidad, tales como incumplimiento de las leyes contenidas en el numeral 1, inconsistencias en las *Debidas formas de Diligencia*, incumplimiento de las políticas de integridad del CONTRATISTA y disposiciones anticorrupción.
 - a. La CONTRATADA se compromete, a partir de ahora, a cooperar con cualquier auditoría que se pueda realizar, proporcionando toda la información que se le solicite, incluidos los libros y registros contables, las facturas y los contratos con terceros que puedan subcontratar.

4. La CONTRATADA garantiza que él y sus colaboradores o empleados no se aprovecharán de una función pública, partidista, involucramiento con persona políticamente expuesta, o relación de cualquier naturaleza, incluyendo personal, empresarial o asociativa, con cualquier agente público, persona jurídica bajo derecho privado o su representante, incluidos los partidos políticos, las personas que prestan servicios, los clientes, los representantes de una clase o grupo, o los terceros que éstos indiquen, para influir indebidamente en la realización de actos a favor del CONTRATISTA.

5. La CONTRATADA garantiza que no representará al CONTRATISTA ni tendrá ningún tipo de comunicación, interacción o interlocución con organismos públicos o profesionales representantes de la administración pública directa o indirecta, o con persona políticamente expuesta, a menos que exista orientación específica por escrito del CONTRATISTA o si existe duda de la ejecución del objeto del contrato.

- a. Si la CONTRATADA tiene algún tipo de comunicación, interacción o interlocución con organismos públicos o profesionales representantes de la administración pública directa o indirecta, persona políticamente expuesta, persona jurídica privada o su representante, incluyendo partidos políticos, prestadores de servicios individuales, clientes, clase o grupo representante, o el tercero indicado por él, la CONTRATADA se compromete a no ofrecer, prometer, autorizar, solicitar, recibir o aceptar ninguna ventaja indebida, pago de facilitación o beneficios de cualquier naturaleza, incluidos regalos, obsequios, hospitalidad, entretenimiento, donaciones o patrocinios .
 - b. Si se promete, solicita o exige a la CONTRATADA cualquier tipo de ventaja o beneficio, incluidos obsequios, atenciones, entretenimiento, donaciones o patrocinios, el CONTRATADA se compromete a informar inmediatamente al CONTRATISTA.
6. La CONTRATADA es consciente, desde ahora, que el incumplimiento de las presentes disposiciones anticorrupción podrá tener como consecuencia la terminación unilateral inmediata del contrato, independientemente de cualquier formalidad, quedando exonerada el CONTRATISTA de pagar cualquier cantidad en concepto de multa, indemnización por pérdidas y daños directos e indirectos. posiblemente incurridas u otras sanciones contractuales.
 - a. Si el CONTRATISTA toma conocimiento de hechos relevantes o indicios de que se han producido o están a punto de ocurrir violaciones a las disposiciones de integridad por parte de la CONTRATADA y/o cualquiera de sus colaboradores, el CONTRATISTA podrá determinar, a su entera discreción, la suspensión inmediata de los pagos a la CONTRATADA y la ejecución del objeto del contrato, así como la reposición inmediata de los colaboradores involucrados.
7. La CONTRATADA indemnizará, defenderá y eximirá a la CONTRATISTA de reclamaciones, pérdidas o daños, directos o indirectos, de cualquier naturaleza, incluidos los materiales y reputacionales, relacionados o resultantes de la violación de estas disposiciones anticorrupción, tales como los que resulten de las demandas, procedimientos y procesos administrativos y judiciales e investigaciones que incumban a la CONTRATADA y sus colaboradores, sin perjuicio del derecho de retorno garantizado al CONTRATISTA.

Nota: La cláusula de auditoría del socio comercial podrá eliminarse dependiendo del objeto de la relación con el socio, debiendo utilizarse siempre si existe representación directa o indirecta de Alpina ante la administración pública.

Anexo 3 – Guía de procesamiento de informes

Con el fin de orientar la recepción y tramitación de las quejas dirigidas a la Oidoría del Grupo Alpina, se ha establecido el siguiente procedimiento:

1. Reclamaciones recibidas por la Oidoría del Grupo Alpina serán **registrados e investigados imparcialmente** para obtener **evidencia** sobre si se han producido o no irregularidades.
2. Las denuncias registradas en la Oidoría de Grupo Alpina serán **remitidas al Comité de Integridad**, que también podrá recibirlas directamente, siendo su responsabilidad investigarlas de acuerdo con el procedimiento de esta Guía, mantener su **confidencialidad** y garantizar la **protección del denunciante**.
3. Si alguno de los miembros del **Comité de Integridad** estuviera directa o indirectamente involucrado en la práctica de la conducta denunciada, su contenido deberá ser remitido directamente a los demás miembros no involucrados, quienes podrán recurrir a un **Director de Grupo Alpina para dar seguimiento a las investigaciones** o contratar un profesional externo por eso.
4. En un análisis previo, cualquier denuncia que se considere **falsa** o que expresamente **no constituya una violación de la legislación o de las Políticas de Integridad del Grupo Alpina** será **archivada inmediatamente**, debiendo informarse al denunciante que se haya identificado sobre esta decisión y sus motivos.
5. Habiendo verificado previamente que la denuncia es verosímil, se iniciará formalmente **el Procedimiento de Investigación (PA), por un plazo de hasta 60 (sesenta) días, prorrogable por igual período, de manera justificada.**
 - 5.1 La investigación pasará por las siguientes etapas: **(i)** investigación de información pública sobre elementos clave de la denuncia; **(ii)** recopilación y análisis de evidencia; **(iii)** realizar entrevistas con colaboradores y socios comerciales del Grupo Alpina u otras partes involucradas; y **(iv)** solicitud de información escrita y/u oral a la persona investigada.

- 5.1.1 En la recolección de pruebas **se observará la cadena de custodia**, con el fin de rastrear la posesión y manejo de las pruebas desde su reconocimiento hasta su disposición, a fin de registrar la cronología de este procedimiento y su integridad.
 - 5.1.2 Las entrevistas se realizarán con el fin de garantizar la dignidad, privacidad, intimidad, libertad y demás **derechos y garantías individuales de los entrevistados**, incluidos los investigados;
 - 5.1.3 Para realizar entrevistas a excolaboradores o socios de negocios, se requerirá **notificación formal** al entrevistado, con al menos 3 (tres) días hábiles de anticipación al evento;
 - 5.1.4 La entrevista por infracciones de baja complejidad se formalizará preferentemente **mediante formulario**, que deberá estar firmado por el entrevistado, los entrevistadores y, en su caso, por el abogado del entrevistado.
- 5.2 En casos que involucren denuncias más complejas, será posible contratar los servicios de empresas auditoras o despachos de abogados para **apoyar la investigación**.
- 5.3 Al final de la investigación **se elaborará un informe** que concluirá que la denuncia está fundada o archivada definitivamente, recomendando la aplicación de medidas disciplinarias y reparadoras.
6. El **Informe Final** será presentado al **Departamento de Recursos Humanos**, el cual aplicará las medidas disciplinarias correspondientes si la denuncia se considera válida, sin perjuicio de consultar a los abogados de Grupo Alpina en casos complejos y/o que impliquen conductas ilícitas, para que se evalúen medidas adicionales.
7. Hasta que no finalice el Procedimiento de Investigación y la denuncia sea considerada válida, ninguna persona podrá ser considerada responsable. Sin embargo, si existe evidencia mínima de que el colaborador o socio comercial contribuyó a la ocurrencia de la irregularidad, es posible adoptar **medidas provisionales** contra los investigados, tales como la separación temporal del cargo o función que desempeña en el Grupo Alpina, o la suspensión de su cargo. el contrato, sin perjuicio de la remuneración.

8. Si se determina que el denunciante presentó intencionalmente información y pruebas falsas, se iniciará un Procedimiento de Investigación en su contra y, de **comprobarse su mala fe**, será sujeto a las medidas disciplinarias y legales correspondientes.

9. El plazo de **conservación** de las denuncias recibidas y la totalidad de los procedimientos resultantes de ellas es de 5 (cinco) años.